

**ESTADO DA PARAÍBA  
PREFEITURA DE JOÃO PESSOA  
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA  
COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO**

**EDITAL CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 11.001/2026  
Proc. Administrativo 8.494/2026**

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA**, através de sua **SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA**, doravante denominada SEINFRA/PMJP, pessoa jurídica de direito público, constituída sob a forma administrativa direta, com sede na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, CEP 58.030-020, Telefone (083) 3213-6605, no Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, por meio do Agente de Contratação, nomeado por ato do Sr. Prefeito, por meio da Portaria nº 02/2024, datada de 21 de junho de 2024, de conformidade com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021; Decreto Nº 10.242, de 03 de Fevereiro de 2023 que Regulamenta a Lei N.º 14.133, de 01 de Abril de 2021 quanto aos Critérios para a Execução de Obras e Serviços de Engenharia; Decreto Nº 10.534, de 29 de Dezembro de 2023 que acrescenta Dispositivos ao Decreto Municipal N.º 10.242. de 03 de Fevereiro de 2023; Decreto Nº 10.372, de 06 de Setembro de 2023 que Regulamenta os Procedimentos Licitatórios e os Regimes de Empreitada a Que Se Refere a Lei Nº 14.133, de 01 de Abril de 2021, Lei Ordinária Nº 14.781, de 09 de Maio de 2023 que Regulamenta o § 3º do Art. 8º da Lei Nº 14.133, de 1º de Abril de 2021, e Dispõe Sobre as Regras para a Atuação do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio, o Funcionamento da Comissão de Contratação e a Atuação dos Gestores e Fiscais de Contratos, no Âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de João Pessoa-PB e Dá Outras Providências; assim como demais legislações aplicáveis, torna pública a realização da Concorrência já citada, no dia **11 de agosto de 2026, às 10 (dez) horas**, no retro mencionado local e endereço, objetivando a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para à implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa**, descritas no instrumento convocatório e nas condições por ele fixadas e seus Anexos.

**1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES - Objeto**

Trata-se de Contratação Integrada para **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para à implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa**, em plenas condições operacionais, conforme parâmetros e diretrizes estabelecidos no Estudo Técnico Preliminar.

Dados de identificação do empreendimento:

Solicitante: Prefeitura Municipal de João Pessoa

## 1.1 Modelagem da Licitação(TR)

CONCORRÊNCIA – CONDUZIDA POR AGENTE DE CONTRATAÇÃO + EQUIPE DE APOIO;

LP - SERÁ RESPONSABILIDADE DA SEINFRA;

FORMA: PRESENCIAL (SESSÃO GRAVADA EM ÁUDIO E VÍDEO);

ÂMBITO: NACIONAL;

PARTICIPAÇÃO: DE FORMA ISOLADA OU EM CONSÓRCIO;

SERÁ EXIGIDA GARANTIA DE PROPOSTA (1% DO VALOR DO ORÇAMENTO BASE);

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO (TOTAL DA PLANILHA - MENOR PREÇO GLOBAL)

VALOR BASE: DIVULGADO.

MODO DE DISPUTA: ABERTO.

ETAPAS: 1ª- PROPOSTA COMERCIAL (FOCO FINAL NA ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA PROPOSTA; 2ª-

HABILITAÇÃO DO DETENTOR DA MELHOR OFERTA).

ETAPAS: 1ª- PROPOSTA COMERCIAL (FOCO FINAL NA ANÁLISE DE EFETIVIDADE DA PROPOSTA (\*); 2ª-HABILITAÇÃO DO DETENTOR DA MELHOR OFERTA.

IMPORTANTE: (\*) após a fase de disputa aberto haverá a verificação da efetividade do lance ou Proposta, pelo Agente de Contratação.

O Rito da Licitação observa a sequência do Art. 59 a 61 da Lei nº 14.133/2021, regra geral, ou seja, o racional operacional considera em primeiro lugar a etapa de Proposta; julgamento; a análise de sua efetividade, desempate, negociação e após vencida essa etapa, será analisada a habilitação do detentor da Proposta que represente o menor valor.

Para análise da efetividade técnica (Art. 59 inc. II da Lei nº 14.133/2021), o Licitante deverá apresentar, para as obrigações de resultado conforme estabelecido neste EDITAL, sua solução, de forma simplificada para as obras que permitam “obrigações de resultado”.

Observada a possibilidade de adoção de medidas de saneamento de falhas destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades formais inclusive para complementar a instrução do processo; será desclassificada a Proposta que descumpra as condições técnicas constantes estabelecidas por este EDITAL, no Anteprojeto, notadamente as regras das soluções ofertadas por esse Licitante, nas obrigações de resultado, isto é, para as frações do objeto estabelecidas neste EDITAL com relação às quais haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto.

A verificação de efetividade recairá exclusivamente em relação a Proposta do primeiro classificado provisoriamente e detentor da Proposta de menor preço.

## II DO CONTRATO

REGIME DE EXECUÇÃO: CONTRATAÇÃO INTEGRADA.

PAGAMENTO: PERCENTUAIS SOBRE PREÇO GLOBAL POR MARCO

CONFORME CRONOGRAMA FÍSICO

FINANCEIRO.

MATRIZ DE RISCO

BIM.

PRazos: DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA: 08 MESES.

SUBCONTRATAÇÃO PREVISTA: ATÉ 30% DO VALOR DO CONTRATO.

## 1.2 OBJETIVOS

Considerando a modelagem eleita, a presente Licitação sob a égide da Lei nº 14.133/2021 visa garantir a eficiência e a eficácia nas contratações públicas e a competitividade entre os Licitantes; promover a troca de experiências e tecnologias em busca da melhor relação entre custos e benefícios para o setor público; incentivar a inovação tecnológica; assegurar a seleção da Proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a SEINFRA, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto; assegurar tratamento isonômico entre os Licitantes, bem como a justa competição; evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos Contratos; e incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

## 1.3 AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO

A condução desta Concorrência estará a cargo de Agente de Contratação e Equipe de Apoio, sendo de responsabilidade do Agente de Contratação:

1.3.1 tomar decisões em prol da boa condução da Licitação;

1.3.2 conduzir e coordenar a sessão pública da Licitação e promover as seguintes ações:

- a) receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao EDITAL e aos seus anexos e requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos, caso necessário;
- b) verificar a conformidade da Proposta mais bem classificada com os requisitos estabelecidos no EDITAL;
- c) verificar e julgar as condições de habilitação;
- d) sanar erros ou falhas que não alterem a substância das Propostas; e
- e) encaminhar à comissão de contratação, quando for o caso, os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) negociar, quando for o caso, condições mais vantajosas com o primeiro colocado;
- g) indicar o vencedor do certame;
- h) conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e
- i) encaminhar o processo instruído, após encerradas as fases de julgamento e de habilitação e exauridos os recursos administrativos, à autoridade superior para adjudicação e para homologação,

1.3.3 O Agente de Contratação será auxiliado, na fase externa, por Equipe de Apoio, e responderá individualmente pelos atos que praticar, exceto quando induzido a erro pela atuação da equipe.

#### 1.4 DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL

1.4.1 O EDITAL e seus anexos, e a manutenção de seu inteiro teor, estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP no endereço [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo\\_Proposta&pagina=1](https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_Proposta&pagina=1). Estarão igualmente disponíveis no PNCP todos os atos exigidos pela Lei nº 14.133/2021 para a realização desse processo de contratação.

1.4.2 O EDITAL e seus anexos estarão, ainda, disponíveis no sítio da PMJP no endereço: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov/licitacoes>.

1.4.3 As publicações dos avisos acerca dos processos licitatórios realizados na Secretária de Infraestrutura de João Pessoa –SEINFRA encontram-se no Diário Oficial Municipal fornecido no sítio da PMJP no endereço: <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/doe-jp/>

#### 1.5 PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Os esclarecimentos de dúvidas quanto ao EDITAL e seus Anexos deverão ser solicitados no e-mail oficial da comissão: [cslseinfra23@gmail.com](mailto:cslseinfra23@gmail.com), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das Propostas.

1.5.1 A resposta ao pedido de esclarecimentos será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais acima referenciados (itens 1.4.1 e 1.4.2) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessarem o endereço para a obtenção das informações prestadas.

Esclarecimentos relativos a presente Licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto, somente serão prestados quando solicitados por escrito, conforme aqui estabelecido.

#### 1.6 IMPUGNAÇÃO

1.6.1 A impugnação do EDITAL deverá ser dirigida ao Agente de Contratação, mediante petição a ser enviada no e-mail oficial da comissão: [cslseinfra23@gmail.com](mailto:cslseinfra23@gmail.com), até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura das Propostas.

1.6.2 A resposta às impugnações será divulgada nos sítios eletrônicos oficiais sendo Portal da Transparência do Município de João Pessoa no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando as empresas interessadas em participar do certame, obrigadas a acessarem o endereço para a obtenção das informações prestadas.

1.6.3 Eventuais modificações no EDITAL implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das Propostas.

#### 1.7 ORÇAMENTO BASE SEINFRA/PMJP

1.7.1 O Valor Orçado pela SEINFRA/PMJP nominado Orçamento Base é de **R\$ 4.802.033,34 (quatro milhões, oitocentos e dois mil, trinta e três reais e trinta e quatro centavos) incluindo BDI**, conforme a PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO DA SEINFRA/PMJP (anexa a este EDITAL - VER ANEXO), é valor máximo a ser admitido para os efeitos de classificação final da Proposta e de contratação. Portanto, não se contrata acima do Orçamento Base.

a) A PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO DA SEINFRA/PMJP abrange de forma global o Anteprojeto apresentado.

b) Este valor orçado pela SEINFRA/PMJP será considerado na aplicação dos critérios de avaliação da inexequibilidade e aceitabilidade da Proposta.

c) Não serão aceitas Propostas com ofertas parciais.

## 1.8 OS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

1.8.1. Os recursos orçamentários e financeiros decorrentes para a execução do objeto desta Licitação serão os seguintes:

**Classificação Funcional:** 11000.11101.15.452.5099.111063

**Natureza da despesa:** 44.90.51 – OBRAS E INSTALAÇÕES

**Fonte de Recursos:** 1.5.00 – Recursos não vinculados de impostos  
1.7.00 – Outras Transferências de Convênios ou Repasses da União

## 1.9 DILIGÊNCIAS, ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES E SANEAMENTO DE FALHAS

1.9.1 Está facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da Licitação, promover/ acionar as diligências que entender necessárias.

a) É facultado ao Agente de Contratação, em qualquer fase da Licitação, desde que não seja alterada a substância da Proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades da Proposta, na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

b) Quando verificada a presença de vício insanável poderá ocorrer o afastamento de Licitante.

c) O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do Licitante ou a compreensão do conteúdo de sua Proposta não importará seu afastamento da Licitação ou a invalidação do processo;

1.9.2 Para comprovação da veracidade das informações apresentadas por Licitante, fica reservado ao Agente de Contratação da SEINFRA o encaminhamento à comissão de contratação, quando for o caso, os documentos de habilitação, caso se verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei nº 14.133, de 2021;

1.9.3 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelo Licitante e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame (1ª sessão pública);

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das Propostas.

c) É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os Licitantes, nos termos do art. 64, incs. I e II da Lei nº 14.133, de 2021; e julgados do TCU a exemplo do Acórdão 1211/2021 Plenário, que não entende como documento novo aquele que, ainda que juntado depois, comprova condição preexistente à abertura da sessão pública.

1.9.4 Na análise dos documentos de habilitação poderão ser sanados erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

1.9.5 Assim a veracidade das informações prestadas e dos documentos apresentados pelo Licitante são de sua responsabilidade, sujeitando-se às sanções previstas nas legislações civil, administrativa e penal.

1.9.6 Os esclarecimentos e as informações prestadas por quaisquer das partes, serão sempre por escrito; e estarão, a qualquer tempo, com vistas franqueadas no processo da Licitação.

1.9.7 As normas disciplinadoras deste EDITAL SEINFRA serão sempre interpretadas em favor da ampliação da competição, sempre observando o princípio da razoabilidade, desde que não comprometam o interesse público, a finalidade perseguida e a segurança da contratação.

## **2 DO OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para à implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa.**

### **2.1 ESCOPO DOS TRABALHOS**

A contratada deverá executar, de forma completa, integrada e compatível com o anteprojeto, todos os serviços necessários para a elaboração dos projetos, execução das obras, testes, comissionamento e entrega final do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, incluindo estudos ambientais e demais obrigações acessórias.

O escopo mínimo inclui:

#### **2.1.1 Elaboração dos Projetos (Básico e Executivo)**

A contratada deverá desenvolver todos os projetos necessários à execução da obra, incluindo:

a) Estudos e levantamentos complementares

Levantamento topográfico atualizado, com georreferenciamento;

Investigações geotécnicas adicionais (sondagens, ensaios de campo e laboratório);

Levantamento de interferências existentes (água, esgoto, gás, telecomunicações, drenagem

antiga, ferrovia da CBTU);

Estudos hidrológicos e hidráulicos definitivos;

Estudos de impacto no tráfego e plano de sinalização de obra;

Estudos ambientais (detalhados no item 4.6).

b) Projeto Básico

Memorial descritivo completo;

Dimensionamento hidráulico da rede;

Definição de traçado, cotas, declividades e seções;

Plantas, perfis longitudinais e transversais;

Especificações técnicas preliminares;

Estimativa de custos refinada.

c) Projeto Executivo

Detalhamento completo de todos os elementos da drenagem.

Plantas de locação, cortes, detalhes construtivos e diagramas.

Especificações técnicas definitivas.

Plano de execução e logística.

Plano de gerenciamento de resíduos da construção civil (PGRCC).

Plano de segurança do trabalho (PGR).

Cronograma executivo detalhado.

#### 2.1.2 Execução da Obra de Drenagem Pluvial

A contratada deverá executar integralmente a obra, incluindo:

a) Serviços preliminares

Mobilização e instalação do canteiro;

Sinalização provisória e isolamento da área;

Remoção de pavimento e escavações iniciais.

b) Implantação da rede de drenagem

Escavação, escoramento e reaterro;

Assentamento de tubulações conforme projeto aprovado pela Contratante;

Execução de caixas de ligação, bocas de lobo e poços de visita;

Execução de dissipadores, caixas de transição e estruturas especiais, se necessárias;

Ligações com redes existentes e dispositivos de lançamento.

c) Recomposição

Reaterro compactado em camadas, de acordo com as normas técnicas;

Base e sub-base conforme normas;

Pavimentação asfáltica ou em paralelepípedos, conforme padrão da via;

Recomposição de calçadas e meio-fio;

Sinalização horizontal e vertical definitiva.

#### 2.1.3 Testes, Inspeções e Comissionamento

A contratada deverá realizar:

Testes de estanqueidade;

Inspeção por vídeo (CCTV), quando aplicável;

Verificação de declividades e alinhamentos;

Testes de carga hidráulica;

Limpeza final da rede;

Comissionamento e entrega operacional.

A contratada deverá entregar:

georreferenciadas;

Relatórios de ensaios e testes;

Manual de operação e manutenção;

Registro fotográfico da obra;

ARTs correspondentes.

#### 2.1.4 Obrigações Acessórias

Manutenção da obra durante o período de execução;

Proteção das redes existentes;

Controle de tráfego e conjunto com a Seinfra;

Gestão de resíduos conforme legislação;

Atendimento integral às normas ABNT aplicáveis.

#### 2.1.5 Estudos Ambientais

A contratada deverá realizar todos os estudos ambientais necessários à execução da obra, incluindo:

a) Diagnóstico ambiental da área Identificação de áreas sensíveis;

Avaliação de interferências com drenagem natural;

Análise de risco de assoreamento e erosão;



b) Plano de Controle Ambiental da Obra (PCA) Deverá contemplar, no mínimo:  
Medidas de mitigação de impactos;

Controle de poeira, ruído e vibração;

Manejo de águas de escavação;

Proteção de corpos hídricos;

Controle de resíduos sólidos e entulhos;

Plano de emergência ambiental.

c) Atendimento às exigências dos órgãos ambientais Cumprimento de condicionantes, quando houver;

Comunicação prévia de início de obra;

Relatórios ambientais periódicos, demonstrando se houve alguma imprevisão, a cada 02 (dois) meses.

## 2.2 SOLUÇÃO DE ENGENHARIA PRETENDIDA

A solução de engenharia a ser desenvolvida pela contratada deverá atender às diretrizes estabelecidas no anteprojeto da drenagem da Avenida Sanhauá, garantindo desempenho hidráulico

adequado, compatibilidade com as condições locais, segurança operacional e durabilidade da infraestrutura. A solução final deverá ser tecnicamente superior ou equivalente à concepção apresentada no anteprojeto, respeitando os parâmetros mínimos aqui definidos.

### 2.2.1 Diretrizes Gerais da Solução

A solução de engenharia deverá:

Assegurar o escoamento eficiente das águas pluviais ao longo do trecho;

Eliminar pontos críticos de alagamento identificados no diagnóstico técnico;

Compatibilizar-se com a topografia existente e com a declividade longitudinal da via;

Garantir a integridade das redes existentes (água, esgoto, gás, telecomunicações, drenagem antiga e ferrovia da CBTU);

Adotar materiais e métodos construtivos que assegurem vida útil adequada, baixa manutenção e resistência a cargas urbanas.

### 2.2.2 Parâmetros Hidrológicos e Hidráulicos Mínimos

A solução deverá observar:

Período de retorno definido no anteprojeto. Previsão de retorno de 100 anos;

Coeficientes de escoamento compatíveis com o uso e ocupação do solo;

Dimensionamento conforme ABNT NBR 10844, NBR 12211, NBR 12266 e manuais de drenagem urbana;

Verificação de velocidades mínimas e máximas para evitar assoreamento ou erosão;

Análise de capacidade de condução considerando cenários críticos de chuva.

### 2.2.3 Traçado e Geometria da Rede

A solução deverá:

Seguir o traçado proposto no anteprojeto, salvo melhorias justificadas ou interferências encontradas;

Garantir declividades adequadas ao escoamento;

Prever poços de visita em mudanças de direção, cotas ou diâmetros;

Prever dispositivos de transição e dissipação quando necessários;

Assegurar acessibilidade para inspeção e manutenção.

### 2.2.4 Materiais e Componentes Mínimos

A contratada deverá propor materiais compatíveis com:

Cargas urbanas (tráfego leve e pesado);

Agressividade do solo e da água;

Vida útil mínima conforme normas técnicas.

### 2.2.5 Compatibilização com Interferências

A solução deverá prever:



Sondagens e mapeamento preciso das redes existentes;  
Proteção e/ou remanejamento de interferências;  
Coordenação com concessionárias (CAGEPA, Energisa, telecomunicações), através da Seinfra;  
Análise de interferência com a ferrovia da CBTU, incluindo eventuais autorizações.

**2.2.6 Requisitos de Desempenho e Durabilidade**  
A solução deverá garantir:  
Estandarização das tubulações;  
Resistência estrutural adequada às cargas de tráfego;  
Durabilidade compatível com normas e boas práticas;  
Facilidade de inspeção e manutenção;  
Mitigação de riscos de recalques, erosão ou colapsos.

**2.2.7 Solução de Lançamento das Águas Pluviais**  
A contratada deverá:  
Analisar a capacidade do ponto de lançamento existente;  
Propor melhorias, se necessárias, para evitar refluxo ou sobrecarga;  
Garantir que o lançamento seja ambientalmente adequado e tecnicamente seguro.

**2.2.8 Integração com o Meio Ambiente e Condicionantes Ambientais**  
A solução deverá:  
Prever medidas de controle de erosão e assoreamento;  
Minimizar impactos sobre o solo, vegetação e drenagem natural;  
Atender às exigências ambientais municipais e estaduais;  
Incorporar dispositivos de proteção ambiental quando aplicáveis.

**2.2.9 Inovações e Melhorias Técnicas**  
A contratada poderá propor soluções inovadoras, desde que:  
Atendam aos requisitos mínimos deste TR;  
Apresentem desempenho igual ou superior ao anteprojeto;  
Não impliquem aumento injustificado de custos;  
Sejam devidamente justificadas tecnicamente.

ANEXO I JUSTIFICATIVAS

ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III LISTAGEM DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E OBRIGAÇÕES DE RESULTADO

ANEXO IV ORÇAMENTO BASE DA SEINFRA - PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO

ANEXO V CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO VI LICENÇA PRÉVIA –

ANEXO VII MATRIZ DE RISCO

ANEXO VIII MINUTA DE CONTRATO E MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR DA PRESENTE CONCORRÊNCIA

ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DAS OBRAS E SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS

ANEXO XI DECLARAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - SOMENTE PARA CONSÓRCIOS COMPOSTOS, EM SUA TOTALIDADE, DE MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

ANEXO XII DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO XIII CARTA PROPOSTA

ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

ANEXO XV TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

ANEXO XVI DECLARAÇÃO NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULO DE QUALQUER NATUREZA

ANEXO XVII DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO XVIII DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA DE PREÇOS COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

ANEXO XIX DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO XX DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO XXI DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

ANEXO XXII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

ANEXO XXIII DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL.

ANEXO XXIV DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO.

ANEXO XXV DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE INÍCIO DAS OBRAS

ANEXO XXVI DECLARAÇÃO SOBRE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE ORIGEM EXÓTICA, OU DE ORIGEM NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL.

ANEXO XXVII DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO POR CRIMES AMBIENTAIS

ANEXO XXVIII DECLARAÇÃO ANTI CORRUPÇÃO

ANEXO XXIX DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO XXX DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA ANÁLOGA À TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO

ANEXO XXXI MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

ANEXO XXXII CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIII PRORROGAÇÃO - CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIV SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXV CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVI PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE CONTRATO POR CARTA DE FIANÇA

ANEXO XXXVII SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVIII TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NATUREZA PATRIMONIAIS DOS PROJETOS BÁSICOS EXECUTIVOS – SEM LIMITE TEMPORAL.

2.2.2 Conceituam-se obrigações de resultado, as frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto.

2.2.3 Conceituam-se obrigações de meio, as frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para a Contratada inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto.

2.2.4 As obrigações de meio assim como as obrigações de resultado encontram-se estabelecidas no ANEXO II ANTEPROJETO E LISTAGEM DAS OBRIGAÇÕES DE MEIO E OBRIGAÇÕES DE RESULTADO.

#### 2.2.5 LICENÇA AMBIENTAL E AUTORIZAÇÕES IPHAN/IPHAEP

A obra possui a Licença Prévia – n.11646-25-JP-LAP , conforme cópia que instrui o processo licitatório. (VER ANEXO)

As Licenças de Instalação e de Operação serão obtidas de modo compartilhado, cabendo a Contratada elaborar toda a documentação para a obtenção das licenças e será de responsabilidade da SEINFRA o protocolo no órgão ambiental competente e seu acompanhamento.

Os licenciamentos ambientais de obras e serviços de engenharia terão prioridade de tramitação no órgão ambiental competente.

#### 2.2.6 O REGIME DE EXECUÇÃO – CONCEITOS

Para a execução indireta do objeto, será adotado o regime de contratação integrada.

A contratação integrada é “regime de contratação de obras e serviços de engenharia em que a Contratada é responsável por elaborar e desenvolver os projetos básico e executivo, executar obras e serviços de engenharia, fornecer bens ou prestar serviços especiais e realizar montagem, teste, pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto” (art. 6º XXXII Lei 14.133/2021).

É uma contratação restrita a obras e serviços de engenharia, cuja solução onde permitido é do Licitante - quando se tratar de obrigações de resultado - e requer a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo pela Contratada, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto, adotada neste caso, porque o objeto permite e é desejável a execução das obras para a execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, com metodologias ou tecnologias não vislumbradas pela SEINFRA, buscando-se a aplicação de soluções de eficiência e de inovação tanto para as obras de Ampliação como para as Reformas, desde que sejam frações classificadas como obrigações de resultado.

Na contratação integrada, após a elaboração do projeto básico pelo Contratado, o conjunto de desenhos, especificações, memoriais e cronograma físico-financeiro deverá ser submetido à aprovação da Administração, que avaliará sua adequação em relação aos parâmetros definidos no EDITAL e conformidade com as normas técnicas, vedadas alterações que reduzam a qualidade ou a vida útil do empreendimento e mantida a responsabilidade integral da Contratada pelos riscos associados ao projeto básico. (ART. 46, 3º, Lei 14.133/2021).

O projeto executivo também será de responsabilidade da Contratada.

O EDITAL disponibiliza anteprojeto de engenharia, com elementos técnicos que permitem a caracterização da obra e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das Propostas a serem ofertadas pelos interessados. É de estar registrado que haverá partes do anteprojeto mais precisas e outras menos detalhadas. O Anexo II ao definir as listas de obrigações de meio e as obrigações de resultado, está identificando essa precisão (meio) ou não (resultado).

Assim, espera-se que as Propostas a serem apresentadas se valham das melhores técnicas para execução do objeto, desde a elaboração dos projetos até a efetiva execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá,

Para tanto, fica estabelecido que para a elaboração dos projetos Básico e Executivo, a Contratada deverá se valer, de forma obrigatória, a adoção da metodologia Building Information Modelling – BIM ou Modelagem da Informação da Construção que se constitui de um conjunto de tecnologias e processos integrados que permite a criação, a utilização e a atualização de modelos digitais de uma construção, de modo colaborativo, que sirva a todos os participantes em qualquer etapa do ciclo de vida do empreendimento.

Quando as características técnicas do empreendimento objeto desta Concorrência não comportarem uma ou mais disciplinas dos modelos de arquitetura, urbanismo e engenharia, a aplicação do BIM poderá se restringir às disciplinas compatíveis com as do empreendimento.

### **3 DA PARTICIPAÇÃO NO CERTAME**

3.1 Poderá participar desta Concorrência qualquer pessoa jurídica legalmente estabelecida no País, que atenda às exigências deste EDITAL e seus Anexos, cujo objeto social seja compatível com o objeto do certame e que satisfaçam as condições deste instrumento convocatório.

3.2 Será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas em Consórcio.

3.3. Não poderão participar direta ou indiretamente desta Licitação, os interessados que se enquadrarem em uma ou mais das situações a seguir:

3.3.1 Autor do anteprojeto, pessoa física ou jurídica, por se constituírem em elementos técnicos fundamentais de Licitação que versam sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

a) A critério da SEINFRA e exclusivamente a seu serviço, o autor do anteprojeto poderá participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da Licitação ou de gestão do Contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos da SEINFRA.

b) Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.2 pessoa física ou jurídica que se encontre ao tempo desta Concorrência, impossibilitada de participar da Licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

a) Este impedimento será extensivo ao Licitante que possuir pendências no Cadastro Municipal de Empresas Inidôneas e Suspensas – CMEIS, nos termos do Decreto Municipal nº 9.281, de 29 de janeiro de 2019.

b) Este impedimento será também aplicado ao Licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente

comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do Licitante.

3.3.3 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3.4 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.3.5 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do EDITAL, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.6 Agente público da SEINFRA;

a) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público da SEINFRA, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.3.7 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.4 O disposto neste artigo não impede a Licitação ou a contratação de obra ou serviço que inclua como encargo da Contratada a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas.

3.5 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista entre o autor do projeto, pessoa física ou jurídica, e o Licitante ou responsável pelos serviços, fornecimentos e obras, incluindo-se o fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

3.5.1 Aplica-se o teor do item 3.5 aos agentes de contratação.

3.6 Independente de diligências que o Agente de Contratação venha a fazer, o Licitante deverá declarar que não se encontra impedido de participar desta Concorrência SEINFRA ou de ser contratado pela Prefeitura Municipal de João Pessoa. (VER ANEXO)

3.7. A participação na presente Licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste EDITAL e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

#### 4 DA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO

4.1 Considerando o porte da obra e a necessidade de serviços especializados, será permitida a participação de licitantes sob a forma de consórcio, limitado a até duas empresas. 2. O consórcio deverá atender às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021, apresentando:

Compromisso público ou particular de constituição;

Indicação da empresa líder;

Definição das responsabilidades de cada consorciada;

Percentuais de participação societária.

A empresa líder responderá perante a Administração por todos os atos do consórcio;

4.2 As empresas consorciadas responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes da licitação e do contrato; 4.3 Estará impedida de participar do Consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada, além das demais vedações previstas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. A participação nesta Concorrência, se fará isoladamente ou em consórcio.

4.5.A empresa líder será a responsável pela realização dos atos que cumpram ao Consórcio, assim como por representar o Consórcio junto a SEINFRA.

4.6.Os integrantes do Consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados pelo Consórcio, tanto na fase de Licitação quanto na de execução do Contrato.

4.7.Não será admitida a participação de empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico em Consórcios distintos.

4.8 Empresas especializadas, na condição de fornecedora de bens, ou ainda, que venham eventualmente a ser subcontratadas, exclusivamente para a realização de serviços acessórios ou complementares à realização do objeto, poderão compor as ofertas de mais de um Licitante.

4.9.Não será permitida a modificação da composição do Consórcio ou a substituição de consorciado até a conclusão do objeto do certame, ressalvada, se permanecerem as condições de habilitação.

a) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada a SEINFRA e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o Contrato.

4.10. As pessoas jurídicas que participarem em Consórcio deverão apresentar, além dos demais documentos de habilitação jurídica, termo de compromisso de constituição do Consórcio, por escritura pública ou documento particular subscrito por todas, contendo:

4.11. A designação do Consórcio, a indicação da participação nesta Licitação e execução do Contrato dela decorrente como seu objeto e o endereço em que está estabelecido.

4.12. A qualificação das empresas participantes e a forma de composição do Consórcio, indicando o percentual de participação de cada uma na execução do objeto licitado.

4.13. A indicação da empresa líder como representante do Consórcio, obrigatoriamente uma empresa de engenharia.

4.14. Cláusula de solidariedade, nos termos deste EDITAL e da legislação.

4.15 O prazo do Consórcio, que deve, no mínimo, ser 180 (cento e oitenta) dias superior à data de conclusão do objeto da Licitação, admitindo-se cláusula de prorrogação.

4.16. Cada um dos membros do Consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, notadamente as exigências de habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, e apresentar as declarações exigidas no EDITAL.



4.17. As empresas consorciadas poderão somar os seus atestados para atendimento das exigências de qualificação técnica, os quais poderão ser apresentados em nome de qualquer consorciada, independentemente da sua cota de participação no Consórcio, na forma prevista neste EDITAL

4.18. Cada consorciado deverá atender individualmente às exigências de qualificação econômico-financeira, salvo a comprovação de patrimônio líquido mínimo, que poderá ser atendida pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, na forma prevista neste EDITAL

4.19. O Licitante vencedor, se constituído sob a forma de Consórcio, deverá apresentar, antes da celebração do Contrato decorrente desta Licitação, o instrumento de constituição e os registros do Consórcio nos órgãos competentes nos exatos termos do §3º do art. 15 da Lei 14.133/2021 e dos arts. 278 e 279 da Lei 6.404/1976.

4.20. Será permitido o pagamento diretamente a qualquer uma das empresas que integram o Consórcio, desde que tal preferência esteja expressamente manifestada, respeitada a proporcionalidade estabelecida no termo de compromisso de constituição do Consórcio.

## **5 DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1. Será permitida a subcontratação para a execução dos trabalhos sob o Contrato consequente desta Concorrência, sendo o valor máximo admitido para o total de subcontratações de 30 % (trinta por cento) do valor do Contrato, e destinam-se exclusivamente para a realização de serviços acessórios ou complementares à realização do objeto

## **6 DA VISITA TÉCNICA**

6.1. A visita técnica para conhecimento pleno das áreas de execução da obra e serviços, para inteirar-se de todos os aspectos referentes à sua execução, é facultada ao Licitante, quando realizada, deverá ser por representante indicado expressamente pela empresa, com o acompanhamento de servidor público designado para essa finalidade.

6.2. A visita deverá ser agendada com antecedência junto à SEINFRA pelo e-mail [cslseinfra2023@gmail.com](mailto:cslseinfra2023@gmail.com) e deverá ocorrer, no máximo, até o dia útil anterior a abertura da Proposta.

6.2.1 As visitas poderão ser realizadas por qualquer responsável indicado pelo Licitante.

6.2.2 Recomenda-se que as visitas sejam realizadas pelo responsável técnico do Licitante

perante o CREA, ou pelo profissional indicado por está para desempenhar a função de responsável técnico pela obra, objeto da presente Concorrência ou ainda por outro profissional competente com habilitação legal indicado para integrar a equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos.

6.2.3 Para todos os efeitos, considerar-se-á que o Licitante tem pleno conhecimento da natureza e do escopo das obras, dos serviços e dos fornecimentos, das condições hidrológicas e climáticas que possam afetar sua execução e dos materiais necessários para que sejam utilizados durante a construção e das distâncias e dos acessos aos locais onde serão realizadas as obras e os serviços. Não poderá o Licitante alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações sobre os locais e as condições pertinentes ao objeto do Contrato.



6.3. Realizada ou não a visita técnica, o Licitante deverá, para fins de qualificação técnica, declarar que tem conhecimento pleno dos locais e das condições em que deverá ser executada a obra, nos moldes da declaração constante de Anexo deste EDITAL.

6.3.1 Se os Licitantes optarem por realizar vistoria prévia, a SEINFRA disponibilizará data e horário diferentes para os eventuais interessados.

## **7 REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA E DO CREDENCIAMENTO**

7.1 A realização da sessão pública será realizada na Sala de Licitação da SEINFRA/PMJP, na Av. Rio Grande do Sul, n.º 721, Bairro dos Estados, na Cidade de João Pessoa, Capital do Estado da Paraíba, às 10 horas, do **dia 11 de agosto de 2026**.

7.2. O Credenciamento é ato condicionante ao recebimento da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e Proposta de Preço, e a participação do Licitante na sessão pública.

7.2.1 A não apresentação ou incorreção dos documentos elencados por este item 7 não inabilitará o Licitante, mas impedirá o representante de se manifestar e de responder pela empresa/Consórcio.

7.3 O Licitante deverá apresentar, para credenciamento junto a Equipe de Apoio do Agente de Contratação, no horário e local estabelecidos acima, a indicação de seu preposto para representá-lo durante os trabalhos de abertura dos mesmos, observado o que segue:

7.3.1 - Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos, conforme o caso:

a) tratando-se de representante legal: registro comercial, estatuto social ou Contrato social em vigor, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, respondendo pelo Licitante durante os trabalhos da Licitação

b) tratando-se de procurador: o instrumento de procuração público ou particular com firma reconhecida, do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento dentre os indicados na alínea “a” anterior, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

7.3.2 - O representante legal e o procurador deverão exibir documento oficial de identificação que contenha foto.

7.3.3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada Licitante credenciado.

7.3.4. Nenhuma pessoa física, ainda que credenciada com procuração legal, poderá representar mais de um Licitante.

7.4 Em se tratando de Consórcio formado exclusivamente por microempresa e/ou empresa de pequeno porte, o Licitante deverá declarar tal condição, sob as penas da lei, de acordo com o modelo que integra Anexo (VER ANEXO Declaração e Comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte), conforme seu enquadramento aos comandos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

7.4.1 Essa informação será utilizada somente para que o Consórcio não tenha que

comprovar acréscimo sobre o valor exigido de Licitante individual para a habilitação econômico-financeira.

7.4.2 Os benefícios a que se referem os arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 não serão aplicados a esta Concorrência, nos exatos termos do Art. 4º, § 1º, inc. II da Lei 14.133/2021.

7.4.3 Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, de forma isolada ou em Consórcio, poderão participar desta Concorrência nos termos do EDITAL, contudo não poderão auferir dos benefícios assegurados pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, decorrentes dos arts. 42 a 49.

7.5 O Licitante deverá apresentar, ainda, a Declaração de Não Impedimento de Participar da Presente Concorrência (vide anexo).

7.5.1 O Agente de contratação verificará se o Licitante atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

Cadastro de Fornecedor da PMJP;

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

a) A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa Licitante, todas as empresas em caso de Consórcio, e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

b) Caso conste na Consulta de Situação do Licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

c) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

d) O Licitante será convocado para manifestação, previamente a uma eventual desclassificação.

7.6 - A ausência do Credenciado em qualquer momento da sessão não importará na automática exclusão do Licitante por ele representado, salvo manifestação em contrário e expressa do Agente de Contratação, tomando em conta o comprometimento da sequência do certame.

7.6.1 - Se o Licitante não estiver representado em algum momento abdica “ipso facto” do direito de fazer lance e, principalmente, de recorrer dos atos do Agente de Contratação, segundo corresponda.

7.6.2 - As rotinas de credenciamento serão executadas por integrantes da Equipe de Apoio do Agente de Contratação.

7.7 - Declarada encerrada a fase de credenciamento, pelo Agente de Contratação, não mais serão admitidos novos Licitantes, dando-se início, no horário pré-determinado, ao recebimento do comprovante sobre a Garantia de Proposta de que trata o item 8 a seguir e o recebimento da Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e dos Envelopes “01” contendo a Proposta de Preço, nos exatos termos deste EDITAL.

## **8. GARANTIA DE PROPOSTA**

8.1 Será exigida, na sequência ao momento do credenciamento e quando da apresentação da Proposta, a comprovação do recolhimento da quantia de R\$ 48.020,33 (quarenta e oito mil, vinte reais e trinta e três centavos) a título de garantia de Proposta, como requisito de pré-habilitação, conforme previsão estabelecida pelo Art. 58 da Lei 14.133/2021.

8.2 Caberá ao Licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

8.2.1 caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

8.2.2 seguro-garantia; (VER ANEXO)

8.2.3 fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (VER ANEXO)

8.2.4 título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total;

8.3 Quando a garantia for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU Nº 498/2011 – Plenário.

8.4 A garantia quando em dinheiro poderá ser realizada por meio de transferência identificada de fundos ou depósito, realizado pelo Licitante para a Conta Bancária nº014791-5, Agência nº 1618-7, Banco do Brasil, de titularidade da PMJP, a qual deverá ser atualizada monetariamente.

8.5 A garantia quando realizada em título de capitalização será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total; estando regulamentado pelo Decreto-lei nº 261/1967, Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 384/2020 e Circular Susep nº 656/2022; e comercializado por Sociedades de Capitalização autorizadas.

8.6 Qualquer que seja a modalidade escolhida, a validade da garantia deverá abranger, um período de pelo menos 3 (três) meses a partir de sua apresentação ao Agente de Contratação.

8.7 A garantia de Proposta será devolvida aos Licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a Licitação.

8.8 Implicará em execução do valor integral da garantia de Proposta a recusa em assinar o Contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

8.9 Não serão abertos os envelopes que contenham a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação e das Propostas de Preço, em caso do não atendimento ao recolhimento da garantia de Proposta, permanecendo fechados em poder do Agente de Contratação, sendo devolvidos ao correspondente Licitante após a assinatura do Contrato ou da data em que for declarada fracassada a Licitação.

## **9. DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇO.**

9.1 Na elaboração e apresentação da Declaração de Pleno Atendimento aos

Requisitos de Habilitação e das Propostas de Preço, os Licitantes deverão observar as instruções aqui dispostas.

9.2 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação deverá observar o modelo constante de Anexo do EDITAL. (VER ANEXO)

9.2.1 A Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação será entregue em envelope distinto ao da Proposta de Preços.

9.3 A Proposta de Preços consiste na Carta Proposta e na Declaração de Conformidade, observado os modelos constantes de Anexos ao EDITAL. (VER ANEXO)

9.3.1 O Licitante deverá, sem cometer rasuras ou emendas, preencher, datar, carimbar e assinar a Carta Proposta, utilizando-se da folha que lhe é fornecida ou de impresso próprio do Licitante, cópia "ipsis-literis" do modelo.

9.3.2 O preço global a ser apresentado deverá estar grafado em Reais – R\$, com duas casas decimais.

a) No modelo disponibilizado por este EDITAL deverá ser apresentado o valor global correspondente a execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá.

9.3.3 No preço global deverão estar incluídos a mão-de-obra a ser empregada na execução plena das obras e serviços objeto desta Concorrência, inclusive projetos; autorizações e licenciamentos; o fornecimento de materiais equipamentos necessários, montagens, testes e provas de carga; todos os custos diretos e indiretos; bem como os encargos, benefícios e despesas indiretas (BDI), custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto e para a completa execução das obras de ampliação e reforma do para Execução dos Serviços de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá.

a) Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do Licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

b) Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

c) Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

d) A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anteprojeto e documentos técnicos, assumindo o Licitante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

9.3.4 Ao elaborar sua Proposta de Preços, o Licitante deverá levar em conta a qualidade e as especificidades da obra requerida pela SEINFRA, os riscos de uma contratação integrada em especial as várias obrigações de resultado, a matriz de risco conforme Anexo a este EDITAL, condição essa ratificada pelos signatários Proposta do Licitante.

a) Ao apresentar sua Proposta, o Licitante deverá considerar que fica vedada a celebração de termos aditivos ao objeto Contrato que trata da execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro

do Varadouro, no município de João Pessoa., exceto se verificada uma das seguintes hipóteses, que são excepcionais:

I - para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;

II - por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da SEINFRA, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte da Contratada observado os limites estabelecidos no art. 125 da Lei 14.133/2021;

III - por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da SEINFRA.

9.3.5 A Proposta de Preços deverá ser apresentada em apenas uma via física, sendo que seus documentos, deverão estar dispostos ordenadamente, numerados sequencialmente e encadernados, de forma a não conter folhas soltas, nem tampouco rasuras ou emendas. A Proposta deverá estar devidamente assinada por quem tenha poderes para tanto, identificadas claramente a via “original” e a via “cópia”.

9.3.6 Para os efeitos da contagem da anualidade para a aplicação do reajuste de preços, os valores apresentados na Proposta de Preços se referem ao mês do Orçamento Base SEINFRA, ou seja: julho/2025 que será considerado como a "o mês de referência dos preços".

9.3.7 Os Envelopes “01”, contendo a Proposta de Preço deverão estar encerrados em um envelope fechado e indevassável, trazendo em seu exterior a identificação do Licitante, o número da Concorrência sob pena de não recebimento por parte do Agente de Contratação:

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – SEINFRA-PMJP Nº 11.001/2026

ENVELOPE 01 – PROPOSTA DE PREÇO

LICITANTE: \_\_\_\_\_

9.3.8 Não será permitida Proposta parcial.

## **10. PROCEDIMENTO**

10.1. No dia, hora e local previstos no preâmbulo deste EDITAL, reunir-se-á o Agente de Contratação e Equipe de Apoio com o objetivo de realização da primeira sessão pública desta Concorrência.

10.1.1 - A sessão pública será gravada em vídeo e áudio para maior segurança jurídica em relação aos atos praticados durante a sessão pública, e a gravação será juntada aos autos do processo licitatório depois de seu encerramento.

a) A gravação será comunicada a todos os presentes antes do início formal dos trabalhos.

10.2. O Agente de Contratação, nos termos do EDITAL, irá declarar abertos os trabalhos e que estará instalada a Sessão de Recepção dos Documentos Iniciais e dos Envelopes: “01”, fazendo registrar em Ata os nomes dos Licitantes presentes e seus correspondentes representantes, segundo corresponda.

10.2.1 Após ser declarado o encerramento de recebimento dos Envelopes pelo Agente de Contratação, nenhum outro será recebido, não cabendo ao Licitante, qualquer direito de reclamação.

10.2.2 Constatado no credenciamento impedimento de um Licitante de participar da

presente Concorrência, este estará impedido de prosseguir no certame.

10.2.3 Serão verificadas as comprovações das garantias de Proposta apresentadas e na sequência abertos os invólucros contendo a Declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação dos Licitantes que atenderam as exigências contidas no item 8 anterior.

10.3. Uma vez atendidas as formalidades previstas acima, serão abertos os Envelopes "01" de todos os Licitantes, contendo a Proposta de Preços, desclassificando as Propostas que não apresentarem os documentos exigidos no item 9 deste EDITAL.

10.3.1 Cada Licitante só poderá apresentar uma única Proposta. Verificando-se que qualquer Licitante apresentou mais de uma Proposta, será feita a exclusão de todas essas Propostas, sujeitando-se, ainda, o Licitante às sanções cabíveis.

10.3.2 O Agente de Contratação não levará em conta qualquer oferta ou vantagem não prevista neste EDITAL, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais Licitantes.

10.3.3 O modo de disputa "Fechado e Aberto" oferece a possibilidade de realizar uma análise prévia das propostas. Em decorrência, a pedido do Agente de Contratação, será permitido ao Licitante sanear falha(s) formal(is) relativa(s) à Propostas para a compreensão do conteúdo da Proposta o que não importará seu afastamento da Licitação ou a invalidação do processo.

10.3.4 Se o Agente de Contratação constatar que está(ao) ausente(s) informação(ões) fundamental(is) para a classificação da Proposta, após a aplicação do saneamento previsto neste EDITAL, esta será desclassificada do certame.

10.3.5 As Propostas iniciais serão classificadas de acordo com a ordem de vantajosidade pela ordem crescente dos valores globais a partir daquela que apresentar o menor valor.

10.3.6 Tomando em conta o modo de disputa adotado "fechado e aberto", serão classificados para a etapa da disputa aberta, com a apresentação de lances públicos e sucessivos, o Licitante que apresentou a Proposta de menor valor e os das Propostas até 10% (dez por cento) superiores àquela.

10.3.7 Quando não forem verificadas, no mínimo 03 (três) Propostas de preços nas condições definidas no item anterior, o Agente de Contratação classificará a melhor Proposta e as duas Propostas imediatamente superiores, quando houver, para que seus autores participem dos lances, quaisquer que sejam os valores globais oferecidos originalmente nas Propostas, observado o estabelecido no item a seguir.

10.3.8 Constatado empate entre 02 (duas) ou mais Propostas, serão levadas à etapa de lances as Propostas conforme segue:

a) As Propostas coincidentes com um dos três menores preços ofertados, se houver.

b) Após a seleção de Propostas, conforme itens anteriores, o critério de desempate a ser obtido para os fins da fase de disputa aberta será o sorteio com a finalidade única de estabelecimento da ordem das Propostas a ser observada na sequência dos lances, ou seja, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar lance dentre essas Propostas empatadas.

B1) Em caso de sorteio, o Licitante sorteado em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances, em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.

10.3.9 O Agente de Contratação convidará individualmente os Licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances, a partir do autor da Proposta classificada de maior valor global e os demais, em ordem decrescente de valor.



10.3.10 Em seguida, será dado início à etapa de apresentação de lances pelos Licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos, decrescentes e inferiores à Proposta de menor preço unitário ou o Licitante poderá optar por enviar lances intermediários conforme alínea “a” a seguir.

a) O Licitante poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo Agente de Contratação mas superior ao menor até então ofertado— dito como lances intermediários -, visando uma melhor disputa com vistas a segunda classificação.

b) O Licitante deverá observar o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

c) A redução mínima admissível para os lances é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil Reais).

10.3.11 A desistência do Licitante em apresentar lance verbal, quando convocado, implicará sua exclusão da etapa de lances verbais e a manutenção do último valor por ele apresentado, para efeito de ordenação das Propostas, exceto no caso de ser o detentor da melhor

Proposta, hipótese em que poderá apresentar novos lances sempre que esta for coberta com a observância do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

10.3.12 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o Licitante desistente às penalidades previstas no item 19.1.4 deste EDITAL.

10.3.13 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

10.3.14 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as Propostas

selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores a partir da oferta de menor valor global, considerando-se para as selecionadas o último valor ofertado.

10.3.15 A critério do Agente de Contratação, em face do desenvolvimento da sessão, anunciará aos presentes, o período final de 10 (dez) minutos para encerramento da etapa de lances, resguardado o direito a lance de todos os Licitantes que estão participando do certame, obedecida à ordem de classificação.

10.3.16 Caso não se realizem lances será mantida a classificação original das Propostas estabelecida na fase de disputa fechada, nos termos do item 10.3.5 anterior.

10.3.17 Observado a condição de empate na primeira classificação, será realizada disputa final entre esses Licitantes empatados, que poderão apresentar nova Proposta fechada.

a) O Agente de Contratação concederá prazo de até 10 (dez) minutos, em função da necessidade do momento, para que os Licitantes detentores das Propostas empatadas apresentem ao Agente de Contratação Propostas fechadas, cujos envelopes - serão disponibilizados na própria sessão caso o Licitante desejar- com os novos valores globais.

10.3.18 Mantido o empate após a disputa final de que trata o item anterior, serão aplicados, na sequência a seguir estabelecida pelos próximos itens.

10.3.19 O Licitante deverá comprovar o desenvolvimento de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.



a) serão consideradas ações de equidade, respeitada a seguinte ordem:

I - medidas de inserção, de participação e de ascensão profissional igualitária entre mulheres e homens, incluída a proporção de mulheres em cargos de direção do Licitante;

II - ações de promoção da igualdade de oportunidades e de tratamento entre mulheres e homens em matéria de emprego e ocupação;

III - igualdade de remuneração e paridade salarial entre mulheres e homens;

IV - práticas de prevenção e de enfrentamento do assédio moral e sexual;

V - programas destinados à equidade de gênero e de raça; e

VI - ações em saúde e segurança do trabalho que considerem as diferenças entre os gêneros.

b) As ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho poderão preferencialmente ser comprovadas mediante apresentação do selo Empresa Amiga da Mulher, criado pela Lei nº 14.682 de 20/9/23.

10.3.20 Persistindo o empate o Licitante deverá comprovar que possui um programa de integridade, a ser analisado pelo órgão de controle interno.

10.3.21 Caso as regras previstas até aqui não solucionem o empate, será dada preferência:

a) empresas estabelecidas no Estado da Paraíba;

b) empresas brasileiras;

c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei Federal nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

10.3.22 Caso a aplicação das regras anteriores não sejam suficientes para o desempate, o Agente de Contratação realizará sorteio, em Sessão Pública, numerando cada Licitante para que possa ser sorteado conforme procedimento a ser declarado aos presentes e conduzido pelo Agente de Contratação, o qual apresentará seu resultado oferecendo o formato do novo ordenamento, válido para todos os efeitos da Concorrência.

## **11 VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS LANCES OU PROPOSTAS**

11.1 Nos exatos termos do Art. 59 da Lei nº 14.133/2021, haverá a obrigatoriedade da verificação da efetividade da Proposta. Efetuado o julgamento dos lances/Propostas será verificada a efetividade somente daquela Proposta correspondente ao Licitante que ocupe provisoriamente a melhor classificação, desclassificando-se aqueles que:

11.1.1 contêm vícios insanáveis;

11.1.2 não obedecem às especificações técnicas pormenorizadas no EDITAL;

11.1.3 apresentem preços manifestamente inexequíveis ou permaneçam acima do orçamento estimado para a contratação;

11.1.4 não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela SEINFRA, inclusive após diligências que visem constatar a efetividade da Proposta; não podendo haver desclassificação de proposta por inexequibilidade, sem que ao Licitante seja franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar os serviços, nos termos e condições exigidos pelo EDITAL; ou

11.1.5 apresentem desconformidade com quaisquer outras exigências do EDITAL, desde que insanáveis, isto é, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os Licitantes.

11.2 A verificação de Efetividade da Proposta recairá exclusivamente em relação ao lance e Proposta do primeiro classificado provisoriamente detentor da Proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a SEINFRA.

11.2.1 Para o atendimento ao requisito de conformidade das propostas ao item 11.1.2 anterior (atendimento às especificações técnicas pormenorizadas estabelecidas pelo Edital) o Licitante deverá apresentar, em sessão pública presencial ou online, a ser marcada pelo Agente de Contratação, sessão que será agendada para o próximo dia útil ao final da fase de lances; por meio de Memorial Descritivo, em nível necessário e suficiente para análise, (i) das soluções que se constituam nas obrigações de resultado (onde há liberdade do Licitante/Contratado apresentar suas soluções), conforme, conforme síntese a seguir elencada e definidas no ANTEPROJETO em seu anexo: RELATÓRIO DE PASSIVIDADE DE ALTERAÇÃO; e (ii) de sua estratégia para a Gestão da Obra que compreende o Entendimento do Escopo da Contratação e o Plano de Trabalho, como estabelecido pelos itens 11.2.2 e 11.2.3.

Deverão ser desenvolvidos Projetos Executivos arquitetônico, de urbanização e paisagismo, de terraplanagem, de recuperação estrutural, elétricos, hidráulicos, sanitários, pluviais, impermeabilização, combate a incêndio, SPDA, gás, de sinalização e as built, descritos no TR, anexo do edital. Bem como:

- Todos os projetos supracitados, para a área administrativa existente, deverá ser desenvolvido projeto executivo de climatização.

3.2 Documentos juntos a peça técnica:

- Memorial Descritivo;
- Especificações Técnicas;
- Planilha Quantitativa;
- Planilha Orçamentária;
- Composições de Preços Unitários;
- Cronograma Físico-Financeiro;
- Demais peças técnicas em detalhamento suficiente para perfeita execução do objeto.

Os Projetos deverão ser elaborados de maneira a atender às legislações específicas e demais disposições federais, estaduais e municipais, no que couber; as exigências das Normas Técnicas (NBR's) vigentes, e demais legislações pertinentes, bem como às prescrições e regulamentos estabelecidos pelas concessionárias locais.

3.4 O projeto executivo completo da edificação será constituído por todos os projetos especializados devidamente compatibilizados, de maneira a considerar todas as suas interferências para a execução da reforma e ampliação. É exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros, bem como outros órgãos públicos que se fizerem necessários, ficando sobre responsabilidade da empresa contratada o atendimento às diligências e aos comparecimentos enviados pelos órgãos responsáveis tantas vezes forem necessárias até a obtenção das aprovações finais de todos os projetos. A listagem com os projetos necessários a serem desenvolvidos, com os quantitativos e respectivos itens, estão discriminados nas peças técnicas, anexo ao Termo de Referência (ver Anexos).

Os Projetos deverão ser elaborados de maneira a atender às legislações específicas e demais disposições federais, estaduais e municipais, no que couber; as exigências das Normas Técnicas (NBR's) vigentes, e demais legislações pertinentes, bem como

às prescrições e regulamentos estabelecidos pelas concessionárias locais. 3.4 O projeto executivo completo da edificação será constituído por todos os projetos especializados devidamente compatibilizados, de maneira a considerar todas as suas interferências para a execução da reforma e ampliação. É exigida a avaliação do projeto físico em questão pela Vigilância Sanitária e pelo Corpo de Bombeiros, bem como outros órgãos públicos que se fizerem necessários, ficando sobre responsabilidade da empresa contratada o atendimento às diligências e aos comparecimentos enviados pelos órgãos responsáveis tantas vezes forem necessárias até a obtenção das aprovações finais de todos os projetos. A listagem com os projetos necessários a serem desenvolvidos, com os quantitativos e respectivos itens, estão discriminados nas peças técnicas, anexo ao Termo de Referência (ver Anexos).

## **11.2.2 SOLUÇÕES QUE SE CONSTITUAM NAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO**

11.2.2.1 Quanto obrigações de resultado, abaixo listadas, propor para análise técnica da equipe SEINFRA, as alterações de metodologia que entenda cabíveis, valorizando inovações tecnológicas, que garantam o cumprimento do contrato com o intuito de elevar o nível de qualidade e sustentabilidade necessários, possível redução de prazo de execução e/ou de facilidade de manutenção e/ou operação.

## **11.2.3 ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DA OBRA**

### **11.2.3.1 ENTENDIMENTO DO ESCOPO DA CONTRATAÇÃO:**

Neste item, o Licitante deverá demonstrar que está plenamente inteirado sobre o objeto desta Licitação, englobando as peculiaridades da empreitada e os serviços de elaboração de Projetos e de execução das Obras. Deverá demonstrar pleno conhecimento do Anteprojeto que norteia esta Concorrência e das obras e intervenções nele previstas. Deverá também comprovar que conhece o Empreendimento, incluindo sua ambientação e peculiaridades.

O Licitante deverá apresentar “Relatório de Entendimento do Escopo da Contratação”, elaborado em texto claro e objetivo, contemplando, sem a eles se resumir, os seguintes tópicos:

I. Empreendimento: o Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento do Empreendimento, das suas justificativas motivadoras e da importância do empreendimento;

II. Projetos e Obras: o Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento do Anteprojeto de Engenharia apresentado como Solução Base, bem como das obras que o compõem, incluindo suas caracterizações;

III. Área de Implantação das Obras e suas Peculiaridades: o Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento da área de implantação do empreendimento e perfeito entendimento das ações a serem desenvolvidas no sentido de promover a melhor convivência possível entre as obras e a população usuária local;

IV. Interferências: o Licitante deverá demonstrar pleno conhecimento das interferências, cadastradas ou não, passíveis de impactar os trabalhos no decorrer da implantação das obras. O Licitante deverá elaborar este item sobre soluções aplicáveis em qualquer dos casos;

VV Pontos Críticos: o Licitante deverá elencar os principais pontos críticos identificados, no seu entendimento, no que se refere às obras a serem por ele conduzidas. Deverá tratar de ações necessárias a serem envidadas no sentido de evitar ou mitigar efeitos negativos para o desenvolvimento dos trabalhos.

### **11.2.3.2 PLANO DE TRABALHO:**

Constituído pelas principais ações de planejamento dos trabalhos objeto da Licitação que deverá identificar as atividades a serem executadas, suas metodologias, o ordenamento lógico das mesmas, os recursos/insumos a serem utilizados, bem como o planejamento temporal a ser adotado. Deverá ainda identificar as partes participantes do empreendimento bem como a forma de interação entre as mesmas. Neste item, o Licitante deverá discorrer sobre sua estratégia para a execução dos serviços relativos a Projetos e Obras, envolvendo:

- a) Identificação e descrição das atividades a serem desenvolvidas, associadas às metodologias a serem empregadas em cada uma delas;
- b) Plano Logístico que deve ser representado por fluxograma com as atividades arranjadas em sequência lógica, identificando as interrelações entre as mesmas e entre todos os atores participantes da empreitada;
- c) Plano de Acessibilidade: planejamento estratégico de ataque às obras em consonância com acessibilidade e mobilidade de usuários locais;
- d) Organograma Funcional proposto com a identificação das atribuições de cada função;
- e) Plano de Mobilização da estrutura Operacional (mão-de-obra, equipamentos, acessórios, sistemas e softwares, etc.);
- f) Cronograma físico das atuações previstas, elaborados mês a mês, com a identificação dos produtos/relatórios a serem desenvolvidos para fins de mensuração de trabalhos e medições de serviços.
- g) Plano de Ataque: O Plano de Ataque deve representar a estratégia geral executiva das atividades. Deverão estar representadas todas as fases das atividades e as etapas dos serviços nas suas sequências executivas. Devem integrar o Plano de Ataque todos os planos estratégicos de condução dos serviços.

O Licitante deve apresentar um plano de como pretende executar os serviços que integram o objeto desta licitação, considerando que as obras deverão ser atacadas em tantas frentes de serviços quanto necessárias, a fim de que o empreendimento seja concluído dentro do prazo programado. O plano de ataque às obras deverá sempre buscar o menor impacto no fluxo de veículos e pedestres, com total segurança.

O Plano de Ataque deverá guardar coerência com o Cronograma estabelecido por este EDITAL. Se necessário, poderão ser utilizados elementos gráficos para melhor compreensão da proposta, pelo Agente de Contratação e equipe de apoio.

### **11.2.4 ANÁLISE DAS SOLUÇÕES QUE SE CONSTITUAM NAS OBRIGAÇÕES DE RESULTADO E DA ESTRATÉGIA PARA A GESTÃO DA OBRA**

11.2.4.1 Em função das informações disponibilizadas por este EDITAL e seus anexos, o Licitante deverá apresentar, de forma objetiva, as soluções que se constituam nas obrigações de resultado e sua estratégia para a Gestão da Obra que compreende o entendimento do escopo da contratação e o plano de trabalho, observado o rigor do cronograma geral, suas datas marco e prazo final para entrega.

Tais informações serão avaliadas à luz desse EDITAL e seus anexos, observadas as normas técnica brasileiras e as melhores práticas de engenharia aplicadas aos casos concretos.

11.2.4.2 Serão analisadas as soluções propostas quando se tratar de obrigações de resultado quanto a exequibilidade técnica, a factibilidade técnico-econômica de cada solução proposta, o aumento da qualidade e vida útil, redução do prazo de execução e/ou de facilidade de manutenção ou operação das obras, considerando o ciclo de

vida do empreendimento.

11.2.4.3 Quanto a Estratégia para a Gestão das Obras serão avaliados o conhecimento sobre os serviços a serem executados, uma apreciação geral sobre suas características técnicas, a natureza, o vulto e a complexidade, o conteúdo, a capacidade de análise e síntese, o nexos com o escopo licitado e os aspectos relevantes relacionados.

Serão consideradas as abordagens, demonstrações, indicações de acordo com o grau de consistência, precisão e conformidade ao escopo licitado e aos objetivos pretendidos e descritos por este EDITAL.

11.2.4.4 Para fins de análise da Proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, será colhida a manifestação escrita do setor requisitante e/ou da área especializada no objeto ou ainda relatórios técnicos que se façam necessários.

O não atendimento pelo Licitante das condições técnicas em suas soluções e propositura resultará na desclassificação da proposta conforme item 11.1.2 anterior.

11.2.5 Se a oferta não atender as condições de conformidade em relação ao item 11.1.2 (técnica), o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente, e assim sucessivamente, até a apuração de uma Oferta que atenda ao EDITAL.

11.2.6 Após superada a análise da conformidade em relação ao item 11.1.2 (técnica), será analisada a condição de conformidade dessa Proposta em seu inteiro teor (todas as obras e serviços), para o atendimento do item 11.1.3 anterior (inexequibilidade).

11.2.7 Em se tratando do VALOR TOTAL poderão ser consideradas Propostas inexequíveis aquelas com valores globais inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela SEINFRA (Orçamento Base SEINFRA), observadas as condições estabelecidas pelo item 11.2.8 seguinte.

11.2.8 Antes de ter sua Proposta desclassificada por inexequibilidade, ao Licitante será franqueada oportunidade de defendê-la e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

a) Para tanto, será concedido a esse Licitante, 1 (um) dia útil a partir da solicitação expedida pelo Agente de Contratação, prorrogável por igual período a pedido do Licitante, para que possa fazer uso da oportunidade de defesa de sua Proposta e demonstrar sua capacidade de bem executar as obras e os serviços.

b) O Licitante deverá demonstrar que o valor da Proposta é compatível com a execução do objeto licitado, em seu todo e suas fases, porém de modo especial no que se refere a itens de valor materialmente relevante e essenciais para a boa execução do objeto licitado que são aqueles obtidos pela curva ABC, mas sem se limitar a esses quando cabível/necessário, relativo aos custos dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, e aos coeficientes de produtividade adotados nas composições de custos, sem prejuízo de outros argumentos e provas que possam vir a esclarecer/comprovar a exequibilidade da proposta.

B1) Para tanto, deverão ser apresentadas as composições de custos unitários e correspondentes custos, acompanhadas da origem desses valores e, quando os custos apresentados não tiverem procedência de Bando de Preços Oficiais, anexar cotações de mercado certificadas pelos fornecedores (ou outros documentos comprobatórios dos preços unitários ofertados). Quanto aos coeficientes de produtividades e de consumo apresentados informar o referencial técnico de origem, que seja reconhecido e de acesso público.

B2) A comprovação da exequibilidade deverá ser feita pelo Licitante mediante a apresentação de documentos idôneos que demonstrem os custos incorridos para a execução do objeto e, em regra, não serão aceitas provas unilaterais como

declarações “*eu consigo fazer*” ou planilhas sem qualquer fundamentação da composição de custos e/ou valores/coeficientes/índices, elaboradas pelo próprio Licitante sem lastro documental. Em função do caso concreto poderão ser aceitos documentos diversos a esses elencados.

c) A análise de exequibilidade da Proposta não considerará materiais e instalações a serem fornecidos pelo Licitante em relação aos quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração, desde que a renúncia esteja expressa na Proposta.

d) O Agente de Contratação quando da solicitação poderá apontar itens de necessidades pontuais a serem atendidos pelo Licitante.

e) A não comprovação da exequibilidade da Proposta resultará em sua desclassificação. E o certame prosseguirá nos termos do item 11.2.11 seguinte.

11.2.9 Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja Proposta seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Orçamento Base SEINFRA, equivalente à diferença entre este último e o valor da Proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis no Contrato.

11.2.10 Caso não se realizem lances, será verificada a compatibilidade entre a Proposta de “valor total ofertado” e o valor SEINFRA estimado para a contratação, aferindo-se sua conformidade quanto a valor; o que ocorrerá efetivamente, quando da negociação tratada pelo item 12.

a) Fica estipulado o Orçamento Base SEINFRA como limite máximo para o valor total da Oferta.

b) O valor global não poderá ultrapassar o Orçamento Base da SEINFRA.

11.2.11 Se a oferta não atender as condições de conformidade, o Agente de Contratação examinará a oferta subsequente, observada a ordem de classificação das Ofertas e as regras contidas no item 10.3 e assim sucessivamente, até a apuração de uma Oferta que atenda ao EDITAL.

## **12 NEGOCIAÇÃO - FASE DE PREÇOS.**

12.1 Após o encerramento da fase de análise de Propostas, o Agente de Contratação classificará as Propostas por ordem decrescente de vantajosidade.

12.1.1 Quando a Proposta do primeiro classificado estiver acima do orçamento estimado, o Agente de Contratação negociará com o Licitante, condições mais vantajosas, não se restringindo a negociação somente a valores.

12.1.2 A negociação poderá ser feita com os demais Licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua Proposta permanecer acima do preço máximo definido pela SEINFRA.

a) A negociação será conduzida pelo Agente de Contratação, e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os Licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.1.3 Se a providência estabelecida no item 12.1.2 anterior lograr êxito a Proposta será considerada “melhor oferta”, caso contrário, o certame será revogado.

12.1.4 Encerrado o julgamento e negociação, será lavrada e disponibilizada a respectiva ata, com a ordem de classificação das Propostas.

12.1.5 Ao Licitante será concedido o prazo máximo de um dia útil para enviar seu novo valor por meio de nova Carta Proposta de Preços com o respectivo valor



readequado, conforme seu último lance e negociação, desde que o valor global da Proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro sejam iguais ou inferiores ao valor calculado a partir do Cronograma Físico-Financeiro SEINFRA, observadas as condições do item 13 a seguir, em especial o item 13.2.1.

12.1.6 Deverá ser enviado detalhamento pelo Licitante Vencedor das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida excepcionalmente, a utilização dos preços unitários, a pedido do Agente de Contratação, no caso de contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

12.1.7 Erros de preenchimento não constituem motivo para a desclassificação da proposta. O documento poderá ser ajustado desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

a) O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

12.1.8 Encerrada a fase de julgamento com a negociação, será aberto prazo para que os Licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da proposta manifestarem, imediatamente, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão de recurso, conforme o estabelecido pelo item 15 a seguir.

a). O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos.

### **13 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E O CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DA PROPOSTA - VALORES CORRESPONDENTES ÀS OBRAS OBJETO DO TR.**

13.1 O Licitante que ofertou a melhor Proposta (Licitante detentor da Proposta provisoriamente classificada em primeiro lugar) deverá apresentar o valor do lance vencedor distribuído pelas etapas do Cronograma Físico-Financeiro que compõe Anexo a este EDITAL, e rigorosamente compatível com o critério de aceitabilidade por etapas, ou seja, o Licitante não poderá ultrapassar os percentuais de desembolso fixados pelo Cronograma Físico-Financeiro da SEINFRA.(VER ANEXO). Nesta oportunidade os eventos ainda terão representação macro.

13.2 O Agente de Contratação concederá o prazo máximo de 1 (um) dia útil para que o Licitante apresente o valor do seu lance vencedor distribuído pelas etapas do Cronograma Físico-Financeiro.

13.2.1 Portanto, desde que o valor global da Proposta e o valor de cada etapa prevista no cronograma físico-financeiro sejam iguais ou inferiores ao valor calculado a partir do Cronograma Físico-Financeiro SEINFRA, estará constatada a aceitabilidade da Proposta.

13.3 Nos termos do Cronograma Físico-Financeiro, haverá e é desejável, a entrega de parcela/fração fruível de etapas **sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá**, que serão disponibilizadas ao público cidadão após o correspondente recebimento provisório pela SEINFRA.

13.4 Para os efeitos desse EDITAL, entende-se por serviço fruível a parcela ou fração do serviço público, de utilidade e comodidade que satisfaz necessidades da população usuária, que pode ser usado, desfrutado ou usufruído antecipadamente à conclusão total do objeto; passível, portanto de ser utilizada, de forma antecipada,



para aproveitamento de vantagens e benefícios oferecidos à população usuária.

13.5 Durante a execução do objeto etapas previstas no Cronograma Físico-Financeiro poderão ser antecipadas por solicitação prévia da SEINFRA, em função da disponibilidade orçamentária e tomando em conta o interesse público, obrigando-se a Contratada sua aceitação.

## **14 HABILITAÇÃO**

14.1 Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas do Licitante classificado em primeiro lugar, a qual deverá ser entregue aos cuidados do Agente de Contratação em até um dia útil a contar da solicitação enviada.

14.2 O Envelope “02”, contendo a documentação relativa à habilitação jurídica, técnica, econômico-financeira e fiscal deverá ser apresentado devidamente fechado e endereçado a:

AGENTE DE CONTRATAÇÃO SEINFRA / PMJP

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL – SEINFRA-PMJP Nº 11.001/2026

ENVELOPE 01 – HABILITAÇÃO

LICITANTE: \_\_\_\_\_

14.2.1. Todos os volumes incluídos no envelope, em via única, deverão ser apresentados em formato A-4, encadernados, com todas as folhas numeradas, em ordem crescente, em linguagem clara e objetiva, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, rubricadas pelo representante legal ou procurador legalmente constituído, apresentado ao início um índice e no final um termo de encerramento que também deverá ser assinado, indicando o número de folhas, conforme modelo constante do Anexo.

14.2.2 A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante o Agente de Contratação de forma excepcional e mediante apresentação de original para cotejo; ou por declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal; ou emitidos digitalmente, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico, a exemplo das certidões de regularidade fiscal.

14.2.3 Para habilitar-se, o Licitante deverá apresentar, no Envelope “02” (Habilitação) os documentos necessários e suficientes para demonstrar sua capacidade de realizar o objeto da Licitação, dividindo-se em jurídica; técnica; fiscal, social e trabalhista; e econômico-financeira.

### **14.3 HABILITAÇÃO JURÍDICA**

14.3.1 Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

14.3.2 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

14.3.3 No caso de Consórcio - apresentar o compromisso de sua constituição, público ou particular, subscrito por todas as consorciadas, com as firmas reconhecidas.

Tratando-se de procurador o Instrumento de procuração público ou particular, do qual conste poderes específicos para representar a sociedade consorciada e de acordo com a legislação vigente, observando o teor abaixo:

a) designação do Consórcio e sua composição; estando proibida a utilização do nome “SEINFRA” na denominação do Consórcio;

b) empreendimento que constitui o objeto do Consórcio;

c) prazo de duração do Consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo contratual, acrescido de 03 (três) meses; bem como o endereço do Consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre as partes;

d) definição das obrigações e responsabilidade de cada consorciada e das prestações específicas (participação), em relação ao objeto da presente Licitação; indicando as normas sobre recebimento de receitas e partilhas de resultado, os percentuais de pagamentos, por serviço realizado, destinados à cada uma das sociedades consorciadas deverão estar claramente definidos;

d1) Para que os pagamentos sejam efetuados, deverá ser definido no Termo de Constituição do Consórcio, o escopo que cada empresa irá realizar, devendo ser apresentada ainda, declaração expressa sobre os percentuais de pagamentos, a cada medição, respeitadas as condições do subitem anterior. Caso o escopo de cada empresa não seja definido, cada medição será realizada de acordo com o percentual da constituição do Consórcio.

D2) Não serão realizados pagamentos exclusivos à líder ou ao CNPJ do Consórcio.

e) normas sobre administração do Consórcio, contabilização, representação das sociedades consorciadas; formas de deliberação sobre assuntos de interesse comum, como número de votos que cabe a cada consorciado, contribuição de cada consorciado para as despesas comuns, se houver;

f) declaração expressa de responsabilidade solidária das consorciadas pelos atos praticados pelo Consórcio, em relação à presente Licitação e ao eventual termo de Contrato dela decorrente e que assinarão, como anuentes, o termo de Contrato decorrente da presente Concorrência e solidariamente como responsáveis por todas as obrigações do Consórcio;

g) compromissos e obrigações das consorciadas, dentre os quais o de que cada consorciada responderá, isolada e solidariamente, por todas as exigências pertinentes ao objeto presente Concorrência até a conclusão dos serviços dela decorrentes;

h) apresentação da empresa líder do Consórcio, que será a empresa a relacionar-se com a SEINFRA em nome do Consórcio;

i) apresentação da sociedade que representará o Consórcio na Sessão Pública da presente Concorrência SEINFRA por meio de seu(s) representante(s), com poderes para decidir sobre as fases do processo eletrônico, apresentar Propostas, ofertar lances de preços, negociar preço, interpor e desistir de recursos administrativos, bem como praticar todos os atos pertinentes ao certame em nome do Consórcio;

j) declaração na qual estejam expressos os poderes para o representante legal exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura, respondendo pelo Licitante durante os trabalhos da presente Concorrência; tratando-se de procurador: o instrumento de procuração público ou particular, do qual constem poderes específicos para assinar Proposta e enviá-la pelo sistema, formular lances, negociar preço, interpor recurso e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento dentre os já indicados neste parágrafo, que comprove os poderes do mandante para a outorga;

- k) designação do representante legal do Consórcio. Indicar ainda representante(s) com poderes para firmar o termo de Contrato decorrente desta Licitação;
- l) compromisso tácito das consorciadas, de que não terão a sua constituição ou composição alteradas ou modificadas, sem a prévia e expressa anuência da SEINFRA, até o cumprimento do objeto da presente Concorrência, mediante termo de recebimento, observado o prazo de duração do Consórcio, definido na alínea c) anterior;
- m) compromisso expresso de que apresentarão, antes da assinatura do termo de Contrato decorrente da presente Concorrência, o instrumento de constituição do Consórcio, devidamente aprovado pelo órgão da sociedade de cada participante que for competente para autorizar a alienação dos bens do ativo permanente;
- n) compromisso expresso de que providenciarão o arquivamento nos termos dos artigos 278 e 279 da Lei nº 6.404, de 15/12/76 e IN nº 74 de 28/12/98 do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo do instrumento da constituição do Consórcio no registro do comércio local de sua sede e respectiva publicação da certidão de arquivamento ou registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos, conforme a natureza das pessoas consorciadas, com anterioridade à assinatura do eventual termo de Contrato decorrente da presente Licitação.

#### **14.4 HABILITAÇÃO TÉCNICA**

1.4.1 Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, que poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação;

14.4.2. Registro ou inscrição da empresa no CREA (Conselho Regional de Engenharia Agronomia) e/ou no CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo), conforme as áreas de atuação previstas no Projeto Básico, em plena validade. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

14.4.3. Justifica-se a exigência de qualificação técnica considerando os serviços de maior relevância técnica, indispensáveis ao cumprimento do objeto, limitados a até 50% dos quantitativos constantes na Planilha Orçamentária e na Curva ABC de Serviços, conforme previsto na legislação.

#### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL**

a1) A licitante deverá comprovar experiência prévia na execução de obras e serviços de engenharia compatíveis com sistemas de drenagem urbana, mediante apresentação de atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem:

Elaboração de Projetos de Engenharia Atestados que comprovem a elaboração de

projetos (executivo) relacionados a:

- Sistemas de drenagem urbana;
- Galerias pluviais em concreto ou PEAD;
- Dispositivos de drenagens;
- Projetos de pavimentação e recomposição de vias.

Os atestados deverão demonstrar experiência em extensão, complexidade e características compatíveis com o objeto.

### **Execução de Obras de Drenagem e Infraestrutura Urbana**

Atestados que comprovem a execução de obras contendo, no mínimo:

- Implantação de redes de drenagem pluvial em áreas urbanas;
- Execução de galerias, tubos, aduelas ou PEAD de grande porte;
- Dispositivos de drenagens;
- Escavações profundas com escoramento;
- Recomposição de pavimento (asfáltico ou paralelepípedo);
- Obras com rebaixamento de lençol freático.

A experiência deverá ser compatível com a complexidade tecnológica e operacional da obra da Avenida Sanhauá, especialmente considerando a proximidade com a linha férrea da CBTU e a necessidade de escoramento e logística urbana.

### **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**

A licitante deverá indicar profissional de nível superior, devidamente registrado no CREA, detentor de atestados de responsabilidade técnica que comprovem ter desempenhado função compatível com o objeto, conforme art. 67, II, da Lei nº 14.133/2021.

Os atestados deverão comprovar experiência mínima em:

- Projetos Sistemas de drenagem urbana;
- Galerias pluviais em concreto ou PEAD;
- Dispositivos de drenagens;
- Projetos de pavimentação e recomposição de vias.

#### **Execução**

- Implantação de redes de drenagem pluvial em áreas urbanas;
- Execução de galerias, tubos, aduelas ou PEAD de grande porte;
- Dispositivos de drenagens;
- Escavações profundas com escoramento;
- Recomposição de pavimento (asfáltico ou paralelepípedo);
- Obras com rebaixamento de lençol freático.

## **14.5 HABILITAÇÕES FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

14.5.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e de Situação Cadastral, comprovando situação ativa. (Documento válido somente

mediante consulta online, junto ao Órgão Federal competente).

14.5.2 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

14.5.3 certidão negativa ou positiva com efeitos de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da União, expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, com validade na data de assinatura do Contrato. (Documento a ser confirmado online, junto ao Órgão Federal competente)

14.5.4 certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF, com validade na data da assinatura do Contrato. (Documento a ser confirmado online, junto ao Órgão Federal competente).

14.5.5 certidão negativa de débito com a Fazenda Municipal ou positiva com efeitos de negativa referente à regularidade mobiliária, pertinente ao objeto licitado, datada de, no máximo, 06 (seis) meses anteriores à data da assinatura do Contrato, observada a validade aposta no documento. (Documento a ser confirmado online, junto à Secretaria Municipal de Finanças nos Municípios que disponibilizarem esse serviço).

14.5.6 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, relativo ao domicílio ou sede do Licitante;

14.5.7 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho através de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

14.5.8 Declaração do Licitante de que se encontra em situação regular na observância das vedações estabelecidas no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, conforme Modelo. (VER ANEXO);

## **14.6 HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

14.6.1 Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado de Exercício e demais Demonstrações Contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais;

a) O Balanço Patrimonial e as Demonstrações deverão estar registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou do domicílio da Licitante e estar assinados por Contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC e pelo empresário ou sociedade empresária (Art. 1.184, § 2º, Código Civil)

b) As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura

e encerramento, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da Licitante.

c) Os documentos referidos por este item 14.6.1 limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

d) O Balanço Patrimonial também poderá ser disponibilizado, mediante via impressa por meio da Escrituração Contábil Digital – ECD, desde que comprovada a transmissão desta à Receita Federal do Brasil, por meio da apresentação do Termo de

Autenticação (recibo gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED.

e) A apresentação da documentação contábil pertinente aos dois últimos exercícios sociais destina-se a identificar a evolução da situação do Licitante e identificar desvios, usualmente referidos como "maquiagem do balanço".

14.6.2 Relatório descritivo e demonstrativo do Profissional da Contabilidade devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade indicando a boa situação Econômica e Financeira da Empresa em poder contratar com a Administração, após a análise dos indicadores Financeiros e Econômicos extraídos somente do último balanço do Exercício Financeiro e comparados com os parâmetros dos indicadores previstos e abaixo descritos.

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LG = \frac{ATIVOCIRCULANTE + REALIZÁVELALONGOPRAZO}{PASSIVOCIRCULANTE + PASSIVONÃOCIRCULANTE}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$LC = \frac{ATIVOCIRCULANTE}{PASSIVOCIRCULANTE}$$

ÍNDICE DE SOLVÊNCIA GERAL (SG): igual ou superior a 1,00 (um vírgula zero)

$$SG = \frac{ATIVOTOTAL}{PASSIVOCIRCULANTE + PASSIVONÃOCIRCULANTE}$$

14.6.3 comprovação de patrimônio líquido no mínimo 10% (dez por cento) do valor do Orçamento Base SEINFRA relativo ao valor global da execução das obras.

a) O patrimônio líquido exigido para o Consórcio será 30% (trinta por cento) superior ao valor estabelecido em 14.6.3 anterior. Esse valor deverá ser comprovado pelo somatório do patrimônio líquido das empresas consorciadas na proporção de sua respectiva participação, ou seja: será calculado da seguinte forma:

a1) Cada percentual de participação será multiplicado pelo patrimônio líquido estabelecido.

a2). Os resultados assim obtidos serão comparados com os respectivos patrimônios líquidos, de cada um dos membros do Consórcio, que deverão, individualmente, comprovar patrimônio líquido maior ou igual ao valor obtido conforme alínea a1 anterior.

b) O acréscimo previsto na alínea “a” não será aplicável aos Consórcios compostos, em sua totalidade, por microempresas e empresas de pequeno porte.

14.6.4 Relação dos Contratos e outros compromissos assumidos com obras e ou serviços firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da Proposta que importem em diminuição de sua capacidade econômico-financeira, excluídas parcelas já executadas de Contratos firmados para os efeitos da referida análise, apresentando o DESCRITIVO DO OBJETO, o VALOR MEDIDO, o VALOR A MEDIR e o PERCENTUAL EXECUTADO de cada Contrato.

a) Se o Licitante não tiver compromissos, deverá apresentar Declaração neste sentido.

14.6.5 Deverá ser apresentada a certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do Licitante, datada de, no máximo, 90 (noventa) dias anteriores à data da apresentação para comprovação dos documentos de habilitação.

## 14.7 OUTRAS DECLARAÇÕES



14.7.1 Declaração que o Licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da Prefeitura Municipal de João Pessoa ou com agente público que desempenhe função na Licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau; devidamente assinada pelo representante legal do proponente, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.2 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Decreto-lei nº5.452, de 1º/05/1943 Art. 429; Lei nº 8.213/91 Art. 93; Lei nº 13.146/2015; Lei nº 10.097/2000;Decreto nº 11.479, de 2023). (VER ANEXO)

14.7.3 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante de que sua Propostade preços compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das Propostas. (VER ANEXO)

14.7.4 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disporá de pessoal técnico para a execução dos trabalhos de competência reconhecida, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.5 Declaração, assinada pelo representante legal do Licitante, de que, se adjudicatário do objeto da presente Concorrência, disporá dos equipamentos necessários à execução das obras e dos serviços, e que se responsabilizará pelo fornecimento e pela exigência do uso dos **equipamentos de Proteção Individual – EPIs e EPC**, devidamente **assinada** pelo Representante legal, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.6 Declaração de que assume inteira responsabilidade pela execução dos trabalhos objeto da presente Concorrência, de que estará mobilizada e iniciaráos serviços de imediato ou no prazo máximo de 05 (cinco) dias,contados da data de emissão da Ordem de Serviços, devidamente **assinada** pelo Representante legal da Licitante. conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.7 Declaração que, para a execução dos serviços, objeto da presente Concorrência, somente utilizará produtos e subprodutos de madeira de origem exótica, ou de origem nativa de procedência legal, decorrentes de desmatamento autorizado ou de manejo florestal aprovados por órgão ambiental competente integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, com autorização de transporte concedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA: conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.8 Declaração que não se encontra interditado por crimes ambientais nos termos do artigo 10 da Lei 9605/98, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.9 Declaração que conduz seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou quaisquer outras leis e regulamentos aplicáveis ao suborno ou corrupção, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.10 Declaração que sua Proposta foi elaborada de maneira independente, conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.7.11 Declaração que não utiliza mão de obra análoga à Trabalho Forçado ou Compulsório, em quaisquer de suas formas, em sua cadeia produtiva, conforme



Modelo. (VER ANEXO).

14.7.12 Declaração de inexistência de fato superveniente.conforme Modelo. (VER ANEXO)

14.8 A falsidade de declaração de que trata o item 14.7 sujeitará o Licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

14.9 Poderá haver substituição parcial dos documentos pelo certificado de registro cadastral emitido pelo Cadastro de Fornecedor da PMJP, cuja ficha cadastral poderá ser utilizada em substituição aos itens 14.3.1 e 14.3.2, 14.4.3, 14.5.1 a 14.5.7, 14.6.1 **(parcial)** e 14.6.5.

a) O Licitante interessado em se cadastrar junto ao Cadastro de Fornecedor da PMJP, poderá providenciar o seu cadastramento no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal de João Pessoa, apresentando a documentação necessária no Núcleo de Cadastro de Fornecedor, na Rua Diógenes Chianca nº. 1777, Água Fria, João Pessoa – PB.

b) Não serão aceitos registros de outros órgãos.

14.10 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste EDITAL, o Licitante será habilitado e declarado vencedor do certame.

a) Não será habilitado o Licitante que deixar de apresentar ou comprovar quaisquer dos documentos solicitados ou o fizer de maneira incompleta ou incorreta; respeitada a possibilidade de saneamento permitida por este EDITAL.

A1) Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação por meio de Comissão de Contratação nos termos dos itens 1.3 e 1.9 deste EDITAL, poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

A2) É lícita a admissão da juntada de documentos, durante as fases de classificação ou de habilitação, que venham a atestar condição pré-existente à abertura da sessão pública do certame, sem que isso represente afronta aos princípios da isonomia e da igualdade entre os Licitantes.

b) A inabilitação de qualquer pessoa jurídica integrante de Consórcio acarretará na automática inabilitação do Consórcio.

c) Se o Licitante detentor da oferta de menor valor total for declarado inabilitado, o Agente de Contratação retomará a fase de preços e examinará a oferta subsequente, verificando sua efetividade nos termos dos itens 11 a 13 anteriores e, em seguida, levando-a para negociação. Na sequência será processada a análise dos documentos de habilitação do Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda as condições do EDITAL, sendo o respectivo Licitante declarado vencedor.

C1) Será concedido prazo de 1(um) dia útil para a apresentação dos documentos a pedido do Agente de Contratação.

C3) Constatado o atendimento das exigências fixadas no EDITAL, o Licitante será **declarado vencedor**.

C4) Em caso de não haver atendimento das condições estabelecidas a Concorrência será revogada.

## **15 FASE RECURSAL**

15.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das Propostas, à habilitação ou inabilitação de Licitantes, à anulação ou revogação da Licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.1.1 Haverá fase recursal única, após o término da fase de habilitação.

15.2 Os Licitantes que desejarem recorrer em face dos atos do julgamento da Proposta ou da habilitação deverão manifestar imediatamente, após o término da fase de julgamento e após a fase de habilitação, a sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

a) A ausência de manifestação imediata do Licitante importará na decadência do direito de recurso, e no encaminhamento do processo à Autoridade Competente para adjudicação e homologação.

15.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das Propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do Licitante:

15.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

15.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de, no mínimo, 10 (dez) minutos.

15.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

15.3.4 As razões dos recursos deverão ser apresentadas no prazo de 3 (três) dias úteis contado a partir da data da intimação ou da lavratura da ata, isto é, do conhecimento do resultado da Concorrência.

15.4 É assegurado aos Licitantes obter vista dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

15.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

15.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais Licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

15.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.10 Nos termos do art. 183 da Lei 14133/2021, os prazos serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as disposições estabelecidas pelo referido artigo.

a) Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito da SEINFRA.

15.11 Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a Autoridade Competente da SEINFRA adjudicará o objeto e homologará a Concorrência, determinando a contratação.

15.12 Após manifestação da Autoridade Competente esgota-se a fase de recursos administrativos.

15.13 É dever do Agente de Contratação rever seus atos, quando tomar ciência de fatos ou circunstância, motivadores da reforma da decisão, anterior ou posterior ao julgamento do certame.

## **16 DO ENCERRAMENTO**

16.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

16.1.1 determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

16.1.2 revogar a Licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

16.1.3 proceder à anulação da Licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

16.1.4 adjudicar o objeto e homologar a Licitação.

16.2 Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

16.3 O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

16.4 Nos casos de anulação e revogação deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados.

## **17 FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO.**

17.1 Convocado para assinar o termo de Contrato, o Licitante vencedor deverá observar o prazo máximo de 07 (sete) dias, contados a partir da data de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas conforme item 19 a seguir. Em se tratando de Consórcio, este prazo será de 15 (quinze) dias úteis.

17.2 A assinatura do termo de Contrato estará condicionada:

17.2.1 à verificação da regularidade em licitar e de contratar no âmbito do Governo do Município de João Pessoa, ou declaradas inidôneas em quaisquer das esferas de Governo, nos termos do mesmo artigo.

17.2.2 à constituição prévia e ao registro do Consórcio nos termos do compromisso especificado neste EDITAL em igual teor ao documento analisado e aprovado na fase de habilitação, bem como a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento de comunicação neste sentido, podendo ser prorrogado, por igual período, a pedido do Licitante vencedor.

17.2.3 à apresentação – para o caso de Licitante e profissionais – Responsáveis Técnicos indicados na fase de habilitação; não registrados no Estado da Paraíba - da Certidão de Registro da pessoa jurídica e do profissional visada(s) pelo CREA/CAU/outros conselhos profissionais locais, autorizando-os ao exercício da atividade nesta Região, nos termos da legislação vigente do correspondente Conselho profissional.

17.2.4 ao recolhimento a título de garantia de Contrato de que trata o item 18, a importância de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento de comunicação neste sentido.

a) A SEINFRA concede prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do Contrato, para a prestação da garantia quando o Licitante vencedor optar pela modalidade de seguro garantia.

17.3- Como condição para assinatura do Contrato, o Licitante Vencedor deverá manter as mesmas condições de Habilitação.

17.4 Quando o Licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura do Contrato, será convocado outro Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observado o disposto neste EDITAL.

17.4.1 De igual modo é facultado à SEINFRA, quando o convocado não assinar o termo de Contrato, ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo e condições estabelecidos convocar outro Licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o Contrato.

17.4.2 Os atos decorrentes desta nova convocação serão realizados em Sessão Pública, com a convocação direta dos Licitantes remanescentes classificados para análise da efetividade de suas Propostas e, se for o caso, proceder a Negociação e Habilitação.

17.4.3 Decorrido o prazo de validade da Proposta indicado no EDITAL sem convocação para a contratação, ficarão os Licitantes liberados dos compromissos assumidos.

17.4.4 Na hipótese de nenhum dos Licitantes aceitarem a contratação pelas mesmas condições do primeiro, inclusive quanto a preço, a SEINFRA poderá convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do EDITAL, poderá:

a) convocar os Licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o Contrato nas condições ofertadas pelos Licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

17.4.5 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela SEINFRA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de Proposta em favor da SEINFRA.

17.4.6 A regra do item 17.4.5 não se aplicará aos Licitantes remanescentes convocados na forma deste item 17, observados os comandos do item 17.4.3.

17.5 O não cumprimento das condições estabelecidas por este item 17 ou o não comparecimento para assinatura do termo de Contrato dentro do prazo fixado na notificação, ou a prática de qualquer ato, por parte do Licitante, que inviabilize a contratação, implicará na inabilitação do Licitante e/ou desclassificação de sua Proposta, bem como sua sujeição às sanções previstas, fixando-se como multa o percentual de 2% (dois por cento) do valor atualizado da contratação.

## **18 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

**18.1.** Com anterioridade a formalização do Contrato, o Licitante vencedor prestará

garantia no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do Contrato correspondente ao valor global referente execução Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para à implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa, na modalidade de preferência a ser escolhida pela Contratada dentre as elencadas a seguir, que será liberada de acordo com as condições previstas neste EDITAL, desde que cumpridas as obrigações contratuais.

18.1.1 Caberá ao Licitante vencedor optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

b) seguro-garantia; (VER ANEXO)

c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (VER ANEXO)

d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

18.1.2 Será exigida garantia adicional do Licitante vencedor cuja Proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor do Orçamento Base da SEINFRA, equivalente à diferença entre este último e o valor da Proposta, sem prejuízo da garantia estabelecida pelo item 18.1.

8.1.3 Quando a garantia da execução do Contrato for realizada através de seguro-garantia, a mesma deverá ser emitida por instituição devidamente autorizada pela superintendência de Seguros Privados – SUSEP – Circular SUSEP nº 662/2022 e quando se tratar de fiança bancária junto ao Banco Central do Brasil, conforme dispõe o Acórdão TCU Nº 498/2011 - Plenário;

**18.1.4** A garantia da execução do Contrato em dinheiro poderá ser realizada por meio de transferência identificada de fundos ou depósito, realizado pelo Licitante para a Conta Bancária nº 9.994-5, Agência nº 1618-7, Banco do Brasil, de titularidade da PMJP, a qual deverá ser atualizada monetariamente.

18.1.5 A garantia realizada em título de capitalização será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total; estando regulamentado pelo Decreto-lei nº 261/1967, Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 384/2020 e Circular Susep nº 656/2022; e comercializado por Sociedades de Capitalização autorizadas.

**18.2** Qualquer que seja a modalidade escolhida, a validade da garantia deverá abranger, um período de pelo menos 5 (cinco) anos após o término do prazo de execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa.

18.3 Em caso de alteração para aumento do valor do Contrato, ou de prorrogação de sua vigência, a Contratada deverá complementar ou renovar a garantia abrangendo um período de ao menos 4 (quatro) meses após o término do prazo de execução das obras de implantação do sistema de drenagem pluvial da Avenida Sanhauá, localizada no bairro do Varadouro, no município de João Pessoa.

18.4 Na hipótese de suspensão do Contrato por ordem ou inadimplemento da SEINFRA, a Contratada ficará desobrigada de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela SEINFRA.

**18.5.** A garantia prestada pela Contratada será liberada ou restituída em até 10 (dez) dias consecutivos após o cumprimento fiel e correto dos termos contratuais, quando do recebimento definitivo da obra e, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da SEINFRA e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

## **19. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o Licitante que, com dolo ou culpa:

19.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação durante o certame;

19.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a Proposta em especial quando:

- a) não enviar a Proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) recusar-se a enviar o detalhamento da Proposta quando exigível;
- c). pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) apresentar Proposta em desacordo com as especificações do EDITAL;

19.1.3. não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua Proposta;

a).recusar-se, sem justificativa, a assinar o Contrato, ou a aceitar ou retirar o Contrato no prazo estabelecido pela SEINFRA;

19.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a Licitação;

19.1.5. fraudar a Licitação;

19.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando induzir deliberadamente a erro no julgamento;

19.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da Licitação;

19.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

19.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a SEINFRA poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos Licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

19.2.1. advertência;

19.2.2. multa compensatória;

19.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

19.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

19.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

19.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

19.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

19.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;



19.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

19.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4. A multa compensatória será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do Contrato licitado, recolhida em prazo a ser determinado pela Administração.

19.4.1. Em função das infrações, a multa terá percentual específico conforme estabelecido no Contrato.

19.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

19.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 19.1.4, 19.1.5, 19.1.6, 19.1.7 e

19.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 19.1.1, 19.1.2 e 19.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o Contrato no prazo estabelecido pela SEINFRA caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de Proposta em favor SEINFRA.

19.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o Licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

19.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

19.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

19.14. A aplicação das sanções previstas neste EDITAL não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## **20 DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

20.1 O Contrato terá vigência 08 (oito) meses, a partir do primeiro dia útil após a expedição da Ordem de Serviços.

a) Os 6 meses finais estão reservados para que todos os efeitos do Contrato sejam consumidos, inclusive recebimento definitivo e pagamento por parte da SEINFRA, e outras providências que se apliquem ao encerramento do Contrato.

20.2 O objeto deste Contrato, deverá ser executado devendo e assegurada a publicidade no Portal da Transparência da PMJP, que permite a acessibilidade pública das informações.

a) A Ordem de Serviço será emitida após publicidade do Contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas PNCP.

b) Em função do regime de execução haverá uma fase inicial de execução de projetos e obtenção da Licença de Instalação, o que deve ser considerado pelas Partes.

c) O início de execução das obras só deverá ser efetivado quando da comprovação, pela Contratada, da Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. sobre a execução da obra junto ao CREA/PB, nos termos da Resolução CONFEA 1137, de 31 de março de 2023.

d) O prazo para execução considerar-se-á encerrado no vencimento do prazo estabelecido no caput deste item 20.2, ou quando estiverem cumpridas todas as obrigações contratuais pelas partes, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

e) As eventuais Ordens de Paralisação, devidamente justificadas por escrito nos autos, suspendem o curso do prazo de execução do Contrato, tornando a correr com a Ordem de Reinício dos serviços, devendo ser assegurada a publicidade das Ordens de Paralisação e de Reinício, por meio do Portal da Transparência da PMJP.

f) Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

g) Verificada a ocorrência do disposto no item 20.4 por mais de 1 (um) mês, a SEINFRA deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução.

h) Nesta contratação classificada como de escopo predefinido, o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado nesta cláusula.

i) Quando a não conclusão decorrer de culpa da Contratada:

i) a) a Contratada será constituído em mora, aplicáveis a ela as respectivas sanções administrativas previstas por este Contrato;

i) b) a SEINFRA poderá optar pela extinção do Contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

j) Na contagem do prazo de vigência estabelecido neste instrumento disposto no Art. 183 da Lei nº. 14.133/2021; e excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos previstos neste instrumento em dia de expediente na SEINFRA.

k) A Contratada se obriga a acatar as solicitações da fiscalização da SEINFRA para paralisar ou reiniciar as obras, em qualquer fase.

## **21 LEIS ANTICORRUPÇÃO - CONDUTA DA SEINFRA**

21.1 A SEINFRA conduz os seus negócios de maneira legal, ética, transparente e profissional, em conformidade com os requisitos gerais das leis anticorrupção e estende aos seus colaboradores e aos terceiros, que a representam, a obrigação de assimilar, aceitar e executar estas diretrizes.

21.2 Em decorrência, a SEINFRA exige que suas contratadas conduzam seus negócios de forma a coibir a prática de atos lesivos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, que atentem contra o patrimônio público nacional ou estrangeiro, contra princípios da administração pública ou quaisquer outras leis e regulamentos aplicáveis ao suborno ou corrupção. (VER ANEXO).

## **22 VALIDADE DA PROPOSTA**

22.1 O prazo de validade da Proposta de Preços será de, no mínimo, 90 (noventa) dias, contados a partir da data da recepção dos envelopes nº 1 Proposta de Preços, prorrogável automaticamente por igual período, a contar da data de sua apresentação, salvo manifestação em contrário, de nossa parte, lavrada em tempo hábil.

22.2 Não sendo prorrogada essa validade fica o Licitante liberado dos compromissos assumidos.

## **23 ANEXOS DO EDITAL**

**23.1.** Integram o presente EDITAL, dele fazendo parte como se transcritos em seu corpo, os seguintes anexos:

ANEXO I ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II MEMORIAL DESCRITIVO

ANEXO III JUSTIFICATIVAS

ANEXO IV MINUTA DE CONTRATO

ANEXO V CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO VI LICENÇA PRÉVIA

ANEXO VII MATRIZ DE RISCO

ANEXO VIII ORÇAMENTO BASE DA SEINFRA - PLANILHA DE ORÇAMENTO RESUMO

ANEXO IX DECLARAÇÃO DE NÃO IMPEDIMENTO DE PARTICIPAR DA PRESENTE CONCORRÊNCIA

ANEXO X DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DAS OBRAS E SERVIÇOS, DA NATUREZA E DO ESCOPO DOS MESMOS

ANEXO XI DECLARAÇÃO E COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE - - SOMENTE PARA CONSÓRCIOS COMPOSTOS,

EM SUA TOTALIDADE, DE MICROEMPRESAS E PEQUENAS EMPRESAS

ANEXO XII DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

ANEXO XIII CARTA PROPOSTA

ANEXO XIV DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA PROPOSTA

ANEXO XV TERMO DE ENCERRAMENTO DE VOLUME

ANEXO XVI DECLARAÇÃO NEGATIVA DE MANUTENÇÃO DE VÍNCULO DE QUALQUER NATUREZA

ANEXO XVII DECLARAÇÃO QUE CUMPRE AS EXIGÊNCIAS DE RESERVA DE CARGOS PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E PARA REABILITADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ANEXO XVIII DECLARAÇÃO QUE A PROPOSTA DE PREÇOS COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS PARA ATENDIMENTO DOS DIREITOS TRABALHISTAS

ANEXO XIX DECLARAÇÃO INDIVIDUAL DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

ANEXO XX DECLARAÇÃO DE OBSERVÂNCIA DAS VEDAÇÕES ESTABELECIDAS NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

ANEXO XXI DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE PESSOAL TÉCNICO

ANEXO XXII DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

ANEXO XXIII DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL.

ANEXO XXIV DECLARAÇÃO DE INCOMPATIBILIDADE DE PARTICIPAÇÃO.

ANEXO XXV DECLARAÇÃO DE COMPROMETIMENTO DE ÍNICIO DAS OBRAS

ANEXO XXVI DECLARAÇÃO SOBRE PRODUTOS E SUBPRODUTOS DE MADEIRA DE ORIGEM EXÓTICA, OU DE ORIGEM NATIVA DE PROCEDÊNCIA LEGAL.

ANEXO XXVII DECLARAÇÃO DE INTERDIÇÃO POR CRIMES AMBIENTAIS

ANEXO XXVIII DECLARAÇÃO ANTI CORRUPÇÃO

ANEXO XXIX DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

ANEXO XXX DECLARAÇÃO QUE NÃO UTILIZA MÃO DE OBRA ANÁLOGA À TRABALHO FORÇADO OU COMPULSÓRIO

ANEXO XXXI MINUTA DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE.

ANEXO XXXII CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIII PRORROGAÇÃO - CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXIV SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE PROPOSTA

ANEXO XXXV CARTA DE FIANÇA – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVI PRORROGAÇÃO DA GARANTIA DE CONTRATO POR CARTA DE FIANÇA

ANEXO XXXVII SEGURO GARANTIA EXECUTANTE – GARANTIA DE CONTRATO

ANEXO XXXVIII TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NATUREZA PATRIMONIAIS DOS PROJETOS BÁSICOS EXECUTIVOS – SEM LIMITE TEMPORAL.

## 24 DISPOSIÇÕES FINAIS AO EDITAL

- 24.1. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.
- 24.2. As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da SEINFRA, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 24.3. Os Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a SEINFRA não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 24.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do Licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 24.5. Em caso de divergência entre disposições deste EDITAL e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo prevalecerá as deste EDITAL.
- 24.6. O EDITAL e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico: <http://transparencia.joaopessoa.pb.gov/licitacoes>.
- 24.7. As relações de Proteção de Dados estão regulamentadas pelo Decreto nº 9.792, de 30 de Agosto de 2021, que dispõe sobre a implementação da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), no âmbito do Poder Executivo do Município de João Pessoa.

João Pessoa, 07 de maio de 2026

Khristiane Boudoux Silva  
Assessora Especial  
CSL/SEINFRA